
REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO RILC

Aprovado pelo Conselho de Administração por meio da
RCA n.º 05/2026, datada de 21/05/2026.

Sumário

Capítulo I – Disposições Gerais	5
Glossário de Expressões Técnicas	6
Capítulo II – Das Regras Aplicáveis às Licitações e Contratos	15
Do Processo Licitatório	15
Dos Impedimentos para Participar de Licitações ou Ser Contratado pela DESO	16
Da Fase Preparatória.....	17
Do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI	23
Das Comissões de Licitação e do Pregoeiro	23
Do Agente de Contratação	24
Do Diálogo Competitivo.....	25
Do Instrumento Convocatório	26
Das Exigências de Habilitação.....	28
Da Habilitação Jurídica	29
Da Qualificação Técnica	29
Da Qualificação Econômico-Financeira	30
Da Regularidade Fiscal	31
Das Disposições Gerais sobre Habilitação	31
Da Participação em Consórcio.....	32
Das Preferências nas Aquisições e Contratações	33
Disposições Gerais para a Contratação de Obras e Serviços de Engenharia.....	35
Da Publicidade.....	37
Da Fase Externa	38
Da Apresentação das Propostas ou Lances	38
Do Modo de Disputa Aberto	40
Do Modo de Disputa Fechado	41
Da Combinação dos Modos de Disputa.....	41
Do Julgamento das Propostas.....	41
Dos Critérios de Julgamento	41
Do Critério de Menor Preço ou Maior Desconto	42
Do Critério de Melhor Combinação de Técnica e Preço ou Melhor Técnica	43
Do Critério de Melhor Conteúdo Artístico	44
Do Critério de Maior Oferta de Preço.....	45
Do Critério de Maior Retorno Econômico	45

Do Critério de Melhor Destinação de Bens Alienados	46
Do Critério de Desempate	47
Do Julgamento da Proposta e Habilitação.....	47
Da Negociação	50
Dos Recursos	50
Da Homologação	51
Procedimentos Auxiliares às Contratações	51
Da Pré-Qualificação Permanente.....	52
Do Cadastramento	53
Do Sistema de Registro de Preços.....	54
Capítulo III – Da Contratação Direta Sem Licitação	60
Da Dispensa de Licitação	60
Da Inexigibilidade de Licitação.....	63
Do Credenciamento	65
Da Formalização da Dispensa e da Inexigibilidade	65
Capítulo IV – Dos Contratos	67
Da Formalização das Contratações.....	67
Da Publicidade das Contratações	69
Das Cláusulas Contratuais	69
Do Programa de Integridade	73
Da Duração dos Contratos.....	73
Da Prorrogação de Prazos	74
Da Alteração dos Contratos	75
Do Reajuste ou Reajustamento dos Contratos	77
Da Repactuação dos Contratos	77
Da Revisão de Contratos ou Reequilíbrio Econômico-Financeiro em Sentido Estrito	79
Da Execução dos Contratos	80
Da Gestão e Fiscalização dos Contratos.....	83
Do Pagamento.....	84
Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos	85
Das Sanções.....	87
Do Procedimento para Aplicação de Sanções	92
Capítulo V – Dos Convênios e Contratos de Patrocínio	93
Capítulo VI – Das Disposições Finais e Transitórias.....	98

O presente Regulamento Interno disciplina, no âmbito da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO e de suas subsidiárias, as licitações e os contratos para a contratação de obras e serviços, inclusive de engenharia, de publicidade e de tecnologia da informação, compras e alienações e convênios, e dá outras providências.

Capítulo I – Disposições Gerais

Art. 1º. É instituído o RILC – Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO.

Art. 2º. As licitações realizadas e os contratos celebrados pela DESO destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da juridicidade, impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.

Parágrafo único. Para os fins do disposto deste RILC, considera-se que há:

I – sobrepreço quando os preços orçados para a licitação ou os preços contratados são expressivamente superiores aos preços referenciais de mercado, podendo referir-se ao valor unitário de um item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, ou ao valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por preço global ou por empreitada;

II – superfaturamento quando houver dano ao patrimônio da DESO caracterizado, por exemplo:

- a) pela medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas;
- b) pela deficiência na execução de obras e serviços de engenharia que resulte em diminuição da qualidade, da vida útil ou da segurança;
- c) por alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia que causem o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado;
- d) por outras alterações de cláusulas financeiras que gerem recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a DESO ou reajuste irregular de preços.

Art. 3º. Nas licitações e contratos de que trata este RILC serão observadas as seguintes diretrizes:

I – padronização do objeto da contratação, dos instrumentos convocatórios e das minutas de contratos, de acordo com normas internas específicas;

II – busca da maior vantagem competitiva para a DESO, considerando custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os

relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;

III – parcelamento do objeto, visando ampliar a participação de licitantes, sem perda de economia de escala;

IV – adoção preferencial do rito procedimental da modalidade de licitação denominada pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado;

V – observação da política de integridade nas transações com partes interessadas.

Parágrafo único. As licitações e os contratos disciplinados por este RILC devem respeitar, especialmente, as normas relativas à:

I – disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II – mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III – utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;

IV – avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V – proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela DESO;

VI – acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 4º. As licitações poderão ser realizadas sob a forma eletrônica ou presencial.

Parágrafo único. Nas licitações realizadas por meio eletrônico, a DESO poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico.

Glossário de Expressões Técnicas

Art. 5º. Na aplicação deste RILC serão observadas as seguintes definições:

I - **Aditivo:** instrumento jurídico pelo qual se alteram as estipulações contratuais originais.

II - **Administração Local da Obra (ALO):** são despesas oriundas da administração local de uma obra destinada exclusivamente àquela obra e que não fazem parte das

despesas indiretas incluídas no BDI. Exemplo: Encarregados, Engenheiro Residente, Vigias, veículos de apoio etc.

III - **Agente de Contratação:** pessoa designada pela DESO, dentre empregados efetivos, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame, podendo ser auxiliado por equipe de apoio.

IV - **Alienação:** é todo e qualquer ato com o objetivo de transferência do direito de propriedade sobre bens da DESO, mediante venda.

V - **Anteprojeto de Engenharia:** é a representação técnica da opção aprovada em estudos anteriores, para subsidiar a elaboração do Projeto Básico, apresentado em desenhos em número, escala e detalhes suficientes para a compreensão da obra planejada, contemplando especificações técnicas, memorial descritivo e orçamento estimativo, e deve ser elaborado como parte da sequência lógica das etapas que compõem o desenvolvimento de uma obra, precedido obrigatoriamente de estudos preliminares, programa de necessidades e estudo de viabilidade, nos termos do inciso VII, do artigo 42, da Lei nº 13.303/2016.

VI - **Apostilamento Contratual:** instrumento jurídico escrito e assinado pela autoridade competente, tendo por objetivo o registro de variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato; as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas e outros dispositivos previstos em contrato.

VII - **Aquisição:** é todo ato aquisitivo de gêneros alimentícios, produtos, materiais, equipamentos, peças, destinados para as áreas administrativas, técnica, operacional ou de engenharia.

VIII - **Ata de Registro de Preços:** documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso, não conferindo nenhum direito subjetivo à contratação, onde se registram os preços, fornecedores, unidades participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

IX - **Atividade-fim:** conjunto de atividades constantes do objeto social da DESO, nos termos do seu Estatuto.

X - **Autoridade Competente:** ordenador de despesas detentor de competência estatutária para a prática de determinado ato.

XI - **Bem Móvel Inservível:** é aquele que não mais apresenta serventia ou condição de utilização por qualquer Unidade da DESO, para a finalidade de sua aquisição, em função, por exemplo, de mudança de tecnologia ou projeto, obsolescência, comprometimento de vida útil ou estado de conservação, de acordo com a seguinte classificação:

XII - **Bens Móveis:** são os materiais (inclusive equipamentos) aplicados ou não às atividades-fim da DESO e que podem ser removidos de um lugar para o outro sem perda de sua forma ou substância.

- a) Ocioso – quando, embora em perfeitas condições de uso, não estiver sendo aproveitado;
- b) Recuperável – quando sua recuperação for possível e orçar, no âmbito, a cinquenta por cento de seu valor de mercado;
- c) Antieconômico – quando sua manutenção for onerosa, ou seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência;
- d) Irrecuperável – quando não mais puder ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação.

XIII - **CAD:** Conselho de Administração da Companhia.

XIV - **Cadastro:** registro realizado pelas empresas que mantém relação comercial com a DESO e que tem por objetivo demonstrar o atendimento das exigências para fins de habilitação (art. 37 deste RILC), resultando na emissão do Certificado de Registro Cadastral – CRC, apto a substituir, quanto assim previsto em Edital e desde que atendidas todas suas exigências, a habilitação das mesmas e que tem por objetivo, também, revelar a Regularidade Fiscal (art. 41 deste RILC).

XV - **Carta de Solidariedade:** Carta emitida pelo fabricante reconhecendo o Licitante como seu revendedor autorizado, nos termos do instrumento convocatório.

XVI - **Celebração de Contrato:** momento em que se aperfeiçoa o vínculo contratual, por meio da assinatura das partes no Instrumento Contratual ou, na ausência deste, por qualquer outra forma prevista ou não vedada por este RILC.

XVII - **Certificado de Registro Cadastral (CRC):** É o documento emitido às empresas que mantém relação comercial com a DESO, apta a substituir documentos de habilitação em licitações, desde que atendidas todas as exigências Editalícias.

XVIII - **Comissão de Avaliação:** comissão designada para avaliar bens com vistas ao procedimento de Alienação.

XIX - **Comissão de Licitação:** órgão colegiado, permanente ou especial, composto de pelo menos 3 (três) membros titulares e 1 (um) suplente, empregados da DESO, formalmente designados, com a função de, dentre outras, receber documentos, processar e julgar as licitações.

XX - **Comissão Processante:** órgão colegiado, permanente ou especial, composto de pelo menos 3 (três) membros titulares e 1 (um) suplente, empregados da DESO, formalmente designados, com a função de, dentre outras, processar, instruir e emitir relatório opinativo em processos de investigação.

XXI - **Consórcio:** contrato de colaboração entre empresas, mediante o qual as contratantes conjugam esforços no sentido de viabilizar um determinado empreendimento.

XXII - **Contratação de Grande Vulto:** são as contratações de obras, serviços e fornecimentos cujo valor estimado ultrapasse o limite de 10% (dez por cento) da receita operacional bruta da DESO do exercício anterior.

XXIII - **Contratação Direta:** contratação celebrada sem realização de processo licitatório prévio.

XXIV - **Contratação em Caráter Excepcional:** aquelas pequenas despesas que não possam se subordinar ao processo ordinário de formação, contratação, liquidação e quitação existentes na DESO e que exijam pronta entrega e pagamento, bem como não resultem em obrigação futura para as partes (ex: contratação de chaveiro para abertura de porta). Referidas contratações devem contar com parecer do solicitante e autorização do Gerente da Área ou Unidade, dispensando parecer jurídico, publicação ou ratificação.

XXV - **Contratação Integrada:** contratação que envolve a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, nos termos do inciso VI, do artigo 43, da Lei nº 13.303/2016.

XVI - **Contratação Semi-integrada:** contratação que envolve a elaboração e o desenvolvimento do projeto executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, na qual a DESO indica parcelas do projeto básico que admitem alteração mediante proposição da Contratada e deferimento pela Contratante, nos termos do inciso V, do artigo 43, da Lei nº 13.303/2016.

XXVII - **Contratada:** pessoa física ou jurídica que tenha celebrado Contrato na condição de adquirente de direitos, prestadora de serviços, fornecedora de bens ou executora de obras.

XXVIII - **Contrato:** acordo de vontades entre duas ou mais pessoas com o propósito de criar, modificar ou extinguir direitos ou obrigações.

XXIX - **Contrato de Patrocínio:** ajuste com pessoa física ou jurídica para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, desde que comprovadamente vinculadas ao fortalecimento da marca da DESO.

XXX - **Conteúdo Artístico:** atividade profissional que cria, interpreta ou executa obra de caráter cultural de qualquer natureza, para efeito de exibição ou divulgação pública, por meio de comunicação de massa ou em locais onde se realizam espetáculos de diversão pública.

XXXI - **Convênio:** acordo de vontades celebrado para cumprir objetivo de interesse recíproco comum em regime de mútua colaboração, celebrados com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, com ou sem repasse de recurso financeiro.

XXXII - **Credenciamento:** processo por meio do qual a DESO convoca por chamamento público pessoas físicas ou jurídicas de determinado segmento, definindo previamente as condições de habilitação, o preço a ser pago e os critérios para futura contratação.

XXXIII - **Demonstrativo de Formação de Preços:** Documento hábil a demonstrar a formação de preços a partir do detalhamento de todas as parcelas (custo, insumos etc.) que o compõe, dentro dos parâmetros previamente exigidos pela DESO.

XXXIV - **Diálogo Competitivo:** modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a DESO realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

XXXV - **Documento de Formalização da Demanda (DFD):** documento que evidencia e detalha a necessidade de contratação, explicita a motivação da demanda, seu alinhamento às políticas públicas e ao planejamento estratégico, servindo de base para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar.

XXXVI - **DOE:** Diário da Imprensa Oficial do Estado.

XXXVII - **Edital de Chamamento Público:** ato administrativo normativo por meio do qual se convoca potenciais interessados para procedimentos de Credenciamento, Pré-qualificação, Manifestação de Interesse e outros necessários ao atendimento de uma necessidade específica.

XXXVIII - **Emergência:** Considera-se emergência, para fins contratuais, a existência de situação que possa ocasionar prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos e particulares e a contratação mediante a realização de processo licitatório não se revele a maneira mais adequada de satisfazer o interesse da DESO.

XXXIX - **Empreitada Integral:** contratação de empreendimento em sua integralidade, com todas as etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para as quais foi contratada.

XL - **Empreitada por Preço Global:** contratação por preço certo e total.

XLI - **Empreitada por Preço Unitário:** contratação por preço certo de unidades determinadas.

XLII - **Estudo Técnico Preliminar (ETP):** documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução para atendê-lo, contendo a análise das alternativas possíveis, a justificativa da escolha da solução, o levantamento de mercado, a estimativa de preços, a descrição da solução como um todo, os requisitos da contratação e a análise de riscos.

XLIII - **Estudos de Viabilidade:** consiste em análises e avaliações de alternativas para a concepção da obra e de seus componentes e instalações, contendo o conjunto de elementos que objetivam examinar o empreendimento sob os aspectos técnico, ambiental, econômico, financeiro e social, caracterizando e avaliando as possíveis

alternativas para a implantação do projeto e procedendo à estimativa do custo de cada uma delas.

XLIV - Fiscal de Contrato: empregado da DESO formalmente designado para auxiliar o Gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato.

XLV - Gestor de Contrato: empregado da DESO formalmente designado para coordenar e comandar o processo de fiscalização da execução contratual e seu recebimento definitivo.

XLVI - Instrumento Convocatório ou Edital: ato administrativo normativo, de natureza vinculante, assinado pela autoridade competente, contendo as regras para a disputa licitatória e para a futura contratação.

XLVII - Instrumento de Formalização de Contratação: é o contrato assinado entre as partes, ou na ausência deste a Ordem de Serviço ou Ordem de Fornecimento.

XLVIII - Licitante: todo aquele que possa ser considerado potencial concorrente em procedimento licitatório ou que teve sua documentação e/ou proposta efetivamente recebida em procedimento licitatório pela Comissão de Licitação ou Pregoeiro.

XLIX - Líder do Consórcio: empresa integrante do Consórcio que o representa junto à DESO.

L - Matriz de Riscos: cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, que deverá ser aprovada pelo Diretor da Área solicitante a partir de pareceres técnicos elaborados por sua equipe contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, e previsão de eventual necessidade de celebração de termo aditivo quando de sua ocorrência;
- b) Estabelecimento preciso das frações do objeto em que haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de resultado, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação;
- c) Estabelecimento preciso das frações do objeto em que não haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de meio, devendo haver obrigação de identidade entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto ou no projeto básico da licitação.

LI - Metodologia Orçamentária Expedita: metodologia aonde o valor é definido mediante taxa ou parâmetro global ou estimativo, baseado em uma presunção de recorrência.

LII - Metodologia Orçamentária Paramétrica: metodologia aonde é utilizado características do projeto em modelos matemáticos para calcular a estimativa de custos.

LIII - Modo de Disputa Aberto: procedimento de disputa com possibilidade de apresentação de lances sucessivos em sessão pública, que pode ser utilizada tanto na realização de Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico, quanto de Pregão Presencial.

LIV - Modo de Disputa Fechado: procedimento de disputa por meio do qual os licitantes apresentam suas propostas comerciais sem possibilidade de lances sucessivos.

LV - Multa Contratual: penalidade pecuniária prevista contratualmente, com fim de obter indenização ou ressarcimento, para situações que evidenciem o descumprimento total ou parcial de obrigações contratuais (compensatória) ou que gerem atraso no cumprimento de obrigações contratuais (moratória).

LVI - Objeto Contratual: objetivo de interesse da DESO a ser alcançado com a execução do contrato.

LVII - Obra de Engenharia: é a ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/1966.

LVIII - Ordem de Fornecimento ou OF: Trata-se de documento emitido pela DESO por meio do qual se autoriza o fornecimento do bem contratado.

LIX - Ordem de Serviço ou OS: Trata-se de documento emitido pela DESO por meio do qual se ordena a execução da obra ou serviço contratado.

LX - Orçamento Sintético: é o discriminado em serviços que prevejam a descrição, a unidade, a quantidade e o preço unitário de cada encargo.

LXI - Parcerias: forma associativa que visa convergência de interesses, recursos e forças para a realização de uma oportunidade de negócio.

LXII - Parecer Jurídico: documento técnico consultivo de natureza não vinculante, elaborado por advogado, que analisa os aspectos legais envolvidos na pretensa contratação ou esclarece dúvida legal específica, orientando a tomada de decisões com base em leis, doutrina e jurisprudência.

LXIII - Partes Contratuais: todos os signatários do Instrumento Contratual e que por tal razão sejam titulares de direitos e obrigações.

LXIV - Patrocínio: Toda ação promocional que se realiza por meio de apoio financeiro a projetos de iniciativa de terceiros, de cunho cultural, socioambiental, esportivo, educacional, técnico científico, ou cujos temas sejam convergentes com a missão institucional, retratadas na política editada pela DESO.

LXV - Plano de Contratações Anual (PCA): documento que consolida todas as contratações que a DESO pretende realizar ou prorrogar no exercício subsequente, com vistas ao planejamento de suas atividades, à racionalização das contratações e ao alinhamento com o seu planejamento estratégico e com a Lei Orçamentária Anual.

LXVI - Plano de Trabalho: documento, com caráter de proposta, que define os aspectos atinentes ao objeto e a consecução.

LXVII - Permuta: negócio jurídico por meio do qual se efetua a troca de um bem da DESO por um bem ou serviço de terceiro, respeitada a equivalência, podendo parte do pagamento ocorrer em espécie.

LVIII - Pregão Eletrônico ou PE: Modalidade de licitação que pressupõe a realização de lances ou ofertas em sistema eletrônico público.

LXIX - Pregão Presencial ou PP: Modalidade de licitação que pressupõe a realização de lances ou ofertas de forma presencial pelos Licitantes.

LXX - Pregoeiro: empregado da DESO formalmente designado, com a função de, dentre outras, de receber documentos, processar e julgar as licitações na modalidade pregão.

LXXI - Procedimento de Manifestação de Interesse ou PMI: procedimento administrativo consultivo por meio do qual a Administração Pública concede a oportunidade para que particulares, por conta e risco, elaborem modelagens com vistas à estruturação da delegação de utilidades públicas.

LXXII - Programa de Integridade: conjunto estruturado de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

LXIII - Programa de Necessidades: documento contendo as exigências de caráter prescritivo ou de desempenho a serem satisfeitas pelo empreendimento a ser concebido, definindo suas características básicas e considerando a área de influência, a população atingida e a região beneficiada. Os padrões de acabamento, a área construída, a durabilidade, a qualidade e a destinação do bem a ser construído também devem ser estabelecidos desde logo no plano de necessidades.

LXIV - Projeto Básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, nos termos do inciso VIII, do artigo 42, da Lei nº 13.303/2016.

LXXV - Projeto Executivo: conjunto de elementos necessários e suficientes a execução completa da obra, serviço ou fornecimento de bens, nos termos do inciso IX, do artigo 42, da Lei nº 13.303/2016.

LXXVI - Prorrogação de Prazo: concessão de prazo adicional para a execução do objeto do contrato e/ou de sua vigência.

LXXVII - Recurso Procrastinatório: recurso interposto com a finalidade de causar retardamento no regular trâmite do processo licitatório.

LXXVIII - **Representante Legal:** pessoa para a quem é outorgado poderes de representação nos limites do instrumento de mandato.

LXXIX - **Representante Legal do Consórcio:** empresa integrante do Consórcio incumbida de representá-lo frente aos Órgãos Judiciários e da Administração Pública.

LXXX - **Ressarcimento a Terceiros:** é o valor a ser pago àqueles que tiverem prejuízos em decorrência de ação praticada pela DESO, seus prepostos ou contratados e que merece reparação.

LXXI - **RILC:** Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da DESO.

LXXXII - **Seguro-garantia com Cláusula de Retomada (Step-in):** modalidade de garantia que permite à seguradora assumir a execução do contrato em caso de inadimplemento pelo contratado.

LXXXIII - **Serviço de Engenharia:** Serviço de Engenharia é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/1966, tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir. Incluem-se nesta definição as atividades profissionais referentes aos serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias, consultorias, auditorias, fiscalização, supervisão ou gerenciamento.

LXXXIV - **Solicitação de Licitação ou SL:** formulário próprio da Companhia para solicitar contratação de serviços ou obras mediante licitação.

LXXXV - **Supressão:** são os serviços ou materiais que, no decorrer da execução do contrato, tornam-se desnecessários.

LXXXVI - **Tarefa:** contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de material.

LXXXVII - **Termo Aditivo ou TA:** instrumento elaborado com a finalidade de alterar cláusulas de contratos, convênios ou acordos firmados pela DESO.

LXXXVIII - **Termo de Referência:** documento que deverá conter os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto e as obrigações contratuais que serão assumidas pela contratada, de modo a orientar a execução e a fiscalização contratual e a permitir a definição do valor estimado da futura contratação.

LXXXIX - **Transação:** negócio jurídico por meio do qual se extingue obrigação mediante concessões mútuas, de forma a prevenir ou extinguir litígios.

XC - **Valor do Prêmio:** O valor definido previamente em edital como incentivo nas contratações de serviços de trabalhos técnicos, científicos, projetos arquitetônicos ou artísticos que não possui caráter de pagamento.

Capítulo II – Das Regras Aplicáveis às Licitações e Contratos

Do Processo Licitatório

Art. 6º. Ressalvados os casos previstos neste RILC ou no Estatuto Social da DESO, a competência para autorizar a instauração de processo licitatório, de processo de contratação direta, de celebração de contrato, para a edição de atos de renúncia e de celebração de transações extrajudiciais e termos aditivos é do Ordenador de Despesas.

Art. 7º. Além das finalidades previstas no art. 2º deste RILC, as contratações da DESO deverão atender a função social de realização do interesse coletivo, que resta garantida no Decreto-lei de sua criação.

§ 1º. A realização do interesse coletivo de que trata este artigo deverá ser orientada para o alcance do bem-estar econômico e para a alocação socialmente eficiente dos recursos geridos pela DESO, bem como para o seguinte:

I – Ampliação economicamente sustentada do acesso de consumidores aos produtos e serviços da DESO;

§ 2º. A DESO deverá, nos termos da lei, adotar práticas de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social corporativa, compatíveis com o mercado em que atua, em especial, pela inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos processos de contratação.

Art. 8º. O processo de licitação de que trata este RILC observará as seguintes fases, nesta ordem:

I – Preparação;

II – Divulgação;

III – Apresentação de lances ou propostas, conforme o modo de disputa adotado;

IV – Julgamento;

V – Verificação de efetividade dos lances ou propostas;

VI – Negociação;

VII – Habilitação;

VIII – Interposição de recursos;

IX – Adjudicação do objeto;

X – Homologação do resultado, revogação ou anulação do procedimento.

Parágrafo único. A fase de que trata o inciso VII do caput poderá, excepcional e justificadamente, anteceder as referidas nos incisos III a VI do caput, desde que expressamente previsto no instrumento convocatório.

Art. 9º. A licitação e a contratação serão precedidas de substancial e suficiente planejamento elaborado por unidade administrativa da DESO.

Art. 10. A fixação de critérios ou requisitos de sustentabilidade ambiental, como especificação técnica do objeto, requisito de habilitação técnica ou como obrigação da contratada, desde que motivada, não frustra o caráter competitivo da licitação.

Dos Impedimentos para Participar de Licitações ou Ser Contratado pela DESO

Art. 11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra, serviço ou fornecimento a empresa:

- I – Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da DESO;
- II – Esteja cumprindo a pena suspensão do direito de licitar e contratar aplicada pela DESO;
- III – Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou por Município, ou declarada impedida de licitar e contratar com os órgãos e entidades integrantes da Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- IV – Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- V – Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- VI – Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VII – Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VIII – Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

Parágrafo único. Aplica-se a vedação prevista no caput:

- I – À contratação do próprio empregado ou dirigente da DESO, como pessoa física, bem como à participação dele em processos licitatórios, na condição de licitante;
- II – A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) Dirigente da DESO;
 - b) Empregado da DESO cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
 - c) Autoridade do ente público a que a empresa pública ou sociedade de economia mista esteja vinculada.

III – Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a DESO há menos de 6 (seis) meses.

Art. 12. É vedada também a participação direta ou indireta nas licitações promovidas pela DESO:

I – De pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto ou o projeto básico da licitação;

II – De pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico da licitação;

III – De pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.

§ 1º. É permitida a participação das pessoas jurídicas e da pessoa física de que tratam os incisos II e III do caput deste artigo em licitação ou em execução de contrato, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da DESO.

§ 2º. Para fins do disposto no caput, considera-se participação indireta a existência de vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

§ 3º. O disposto no § 2º deste artigo aplica-se a empregados incumbidos de levar a efeito atos e procedimentos realizados pela DESO no curso da licitação.

Da Fase Preparatória

Art. 13. As contratações de que trata este RILC deverão ser precedidas de planejamento, em harmonia com o planejamento estratégico da DESO, elaborado pela unidade administrativa responsável pela contratação, o qual estabeleça os produtos ou resultados a serem obtidos, quantidades e prazos para entrega das parcelas, quando couber.

§ 1º. As unidades responsáveis pelas contratações identificarão com precisão as necessidades da DESO a curto, médio e longo prazo e definirá, de forma sucinta e clara os objetos, de acordo com as requisições formuladas, considerando aspectos relativos à sustentabilidade ambiental, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias que frustrem o caráter competitivo da licitação.

§ 2º. A DESO deverá elaborar anualmente o Plano de Contratações Anual (PCA), que consolidará todas as contratações que pretende realizar ou prorrogar no exercício subsequente, devendo ser aprovado pela autoridade competente e publicado no sítio eletrônico oficial da Companhia.

§ 3º. O PCA deverá conter, no mínimo:

- I – Descrição sucinta do objeto;
- II – Justificativa para a contratação;
- III – Estimativa preliminar do valor;
- IV – Grau de prioridade da contratação;
- V – Data pretendida para a contratação;
- VI – Existência de vínculo ou dependência com a contratação de outro item para sua execução.

Art. 14. As contratações deverão ser precedidas de Documento de Formalização da Demanda (DFD), elaborado pela unidade requisitante, contendo:

- I – A justificativa da necessidade da contratação, considerado o Plano de Contratações Anual, quando aplicável;
- II – A descrição sucinta do objeto;
- III – A estimativa preliminar das quantidades a serem contratadas;
- IV – A estimativa preliminar do valor da contratação;
- V – O grau de prioridade da contratação em relação às outras demandas;
- VI – A indicação do requisitante e, quando aplicável, do fiscal técnico designado.

§ 1º. O DFD deverá ser aprovado pelo Diretor da área requisitante, observadas as alçadas decisórias estabelecidas em regulamento próprio.

§ 2º. A aprovação do DFD autoriza o início da elaboração do Estudo Técnico Preliminar.

Art. 15. As contratações deverão ser precedidas de Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborado pela unidade requisitante em conjunto com a área técnica competente, contendo, no mínimo:

- I – Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido;
- II – Descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade;
- III – Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis;
- IV – Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
- V – Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo;
- VI – Estimativa do valor da contratação, mediante fundamentada pesquisa de preços;
- VII – Justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
- VIII – Demonstrativo dos resultados pretendidos;

- IX – Providências a serem adotadas pela DESO previamente à celebração do contrato;
- X – Contratações correlatas e interdependentes;
- XI – Análise de riscos que possam comprometer a definição da solução ou sua futura implantação;
- XII – Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 1º. O ETP deverá ser aprovado pela autoridade competente, observadas as alçadas decisórias estabelecidas em regulamento próprio.

§ 2º. Poderá ser dispensada a elaboração do ETP:

- I – Nas contratações de pequeno valor;
- II – Nas prorrogações contratuais de que trata o art. 149 deste RILC;
- III – Nas contratações emergenciais;
- IV – Em outras hipóteses definidas pela Diretoria Executiva.

§ 3º. Quando a dispensa do ETP for autorizada, deverá constar justificativa fundamentada nos autos do processo.

Art. 16. A fase preparatória da contratação atenderá a seguinte sequência de atos:

- a) Solicitação expressa, formal e por escrito da unidade requisitante interessada, com indicação de sua necessidade;
- b) Aprovação do Ordenador de Despesa;
- c) Autuação do processo correspondente, que deverá ser protocolizado e numerado;
- d) Especificação do objeto, de forma precisa, clara e sucinta;
- e) juntada ao procedimento do projeto básico, eis que se trata de requisito prévio e obrigatório nas licitações para contratação de obras e serviços de engenharia, ou a juntada de termo de referência, quando for o caso, que deverá contar com a realização dos levantamentos, estudos, pesquisas e exames necessários visando a identificação do objeto, prazos, termos e condições mais adequados para sua execução em face da necessidade a ser atendida;
- f) Estimativa do valor da contratação, mediante comprovada pesquisa de mercado ou Sistema de Preços para obras e serviços de engenharia, na forma prevista neste RILC;
- g) Indicação dos recursos orçamentários;
- h) Juntada do projeto executivo (se for o caso), caso o mesmo já tenha sido elaborado, ficando dispensado quando o mesmo for objeto da contratação que se pretende.
- i) Definição do critério de julgamento e do regime de execução a serem adotados;
- j) Definição de direitos e obrigações das partes contratantes;

- k) Elaboração da minuta do instrumento convocatório e do contrato, quando for o caso da não utilização dos Editais e minutas Padrão, aprovado em anexo ao presente ou posteriormente através de expediente próprio.
- l) Aprovação da minuta do instrumento convocatório e de seus anexos pela Superintendência Jurídica.

Parágrafo único. Serão juntados ao processo:

- a) Solicitação de licitação com justificativa;
- b) Autorização para instauração do processo;
- c) Projeto básico ou termo de referência, conforme o caso;
- d) Indicação do recurso orçamentário;
- e) Instrumento convocatório e respectivos anexos, quando for o caso;
- f) Comprovante de publicidade da licitação;
- g) Ato de designação da comissão de licitação ou do pregoeiro, conforme o caso;
- h) Original das propostas e dos documentos que as instruírem;
- i) Atas, relatórios e deliberações da comissão julgadora/pregoeiro e da autoridade competente;
- j) Pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;
- k) Atos de homologação e adjudicação do objeto da licitação;
- l) Recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões;
- m) Despacho de anulação, revogação, deserção ou fracasso da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente;
- n) Termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;
- o) Outros comprovantes de publicações;
- p) Demais documentos relativos à licitação.

Art. 17. No caso de inviabilidade da definição dos custos consoante o disposto no art. 16, alínea “f”, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública, em publicações técnicas especializadas, em banco de dados e sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.

Art. 18. A estimativa do valor do objeto da contratação no caso de aquisições ou de contratação de serviços será realizada a partir dos seguintes critérios:

- I – Por meio da elaboração de planilha de custos pela própria DESO;

II – Pesquisa em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;

III – Contratações similares realizadas pela própria DESO ou por outros entes públicos ou privados;

IV – Pesquisa junto a fornecedores de bens ou prestadores de serviços.

Art. 19. O valor estimado da contratação será sigiloso, facultando-se à DESO, mediante justificativa na fase preparatória, conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

§ 1º. Na hipótese em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o valor estimado da contratação deixará de ser sigiloso e deverá constar do instrumento convocatório.

§ 2º. No caso de julgamento por melhor técnica, o valor do prêmio ou da remuneração será incluído no instrumento convocatório.

§ 3º. A informação relativa ao valor estimado do objeto da licitação, ainda que tenha caráter sigiloso, será disponibilizada aos órgãos de controle externo e interno, devendo a DESO registrar em documento formal sua disponibilização a estes órgãos, sempre que solicitado.

Art. 20. No caso de licitação para aquisição de bens, a DESO poderá:

I – Indicar marca ou modelo, nas seguintes hipóteses:

a) Em decorrência da necessidade de padronização do objeto, devidamente justificada a partir de parecer técnico aprovado pelo Diretor da área;

b) Quando determinada marca ou modelo comercializado por mais de um fornecedor, em razão de circunstância técnica, jurídica ou operacional, constituir o único capaz de atender o objeto do contrato, situação essa que requer justificativa aposta em documento aprovado pelo Diretor da área;

c) Quando for necessária, para compreensão do objeto, a identificação de determinada marca ou modelo apto a servir como referência, situação em que será obrigatório o acréscimo da expressão “ou similar ou de melhor qualidade”;

II – Exigir amostra do bem no procedimento de pré-qualificação e na fase de julgamento das propostas ou de lances, desde que justificada a necessidade de sua apresentação;

III – Solicitar a certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, por instituição previamente credenciada.

§ 1º. O edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, a adequação às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou a certificação da qualidade do produto por instituição credenciada pelo Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO).

§ 2º. É facultada à DESO a exclusão de marcas ou de produtos quando:

- I – Decorrente de pré-qualificação de objeto;
- II – Indispensável para melhor atendimento do interesse da DESO, comprovado mediante justificativa técnica, operacional ou jurídica;
- III – Mediante processo administrativo restar comprovado que os produtos adquiridos e utilizados anteriormente não apresentaram o padrão de qualidade mínimo necessário ao atendimento das necessidades da DESO.

Art. 21. A padronização referida neste RILC será precedida de processo administrativo iniciado após a constatação da sua necessidade e cabimento, devendo ser constituída uma comissão especial para avaliação e encaminhamento ao Diretor Presidente para decisão.

§ 1º. O processo administrativo de padronização deverá ser instruído com pareceres técnicos que justifiquem a sua utilidade e economicidade.

§ 2º. A padronização será decidida pela autoridade a quem for designada tal competência, ser publicada no sítio eletrônico da DESO com a síntese da justificativa e a descrição sucinta do padrão definido e revista periodicamente.

§ 3º. A decisão sobre padronização poderá ser impugnada, no prazo de 10 (dez) dias úteis da sua publicidade, mediante a apresentação de laudo técnico de instituição oficial ou credenciada por órgãos oficiais que demonstre a existência de outros produtos com as mesmas condições que justificaram a padronização;

Art. 22. As licitações da DESO, preferencialmente eletrônicas, poderão ser processadas com base nos seguintes procedimentos:

- I – Licitação pelo rito da modalidade Pregão, presencial ou eletrônico;
- II – Licitação pelo modo de disputa aberto;
- III – Licitação pelo modo de disputa fechado.

§ 1º. Para a contratação de bens e serviços comuns, assim entendidos aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, a licitação pelo rito da modalidade de pregão é preferencial, podendo ser substituída pelos demais procedimentos mediante justificativa.

§ 2º. Caso a opção seja da DESO seja pela licitação na modalidade presencial, em sua fase preparatória haverá a necessidade de ser apresentado, pela área demandante, a justificativa para a adoção deste modelo em detrimento ao modelo eletrônico de licitação.

Art. 23. Nas contratações da DESO poderá ser utilizado um dos seguintes regimes de execução:

- I – Empreitada por preço unitário;

- II – Empreitada por preço global;
- III – Contratação por tarefa;
- IV – Empreitada integral;
- V – Contratação semi-integrada;
- VI – Contratação integrada.

Art. 24. A DESO poderá, mediante justificativa, contratar mais de uma empresa ou instituição para executar o mesmo serviço, desde que não implique perda de economia de escala, quando:

- I – O objeto da contratação puder ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado; ou
- II – A múltipla execução for conveniente para atender a necessidade da empresa.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput deste artigo, a DESO deverá manter o controle individualizado da execução do objeto contratual relativamente a cada uma das contratadas.

Art. 25. É vedada a adoção de qualquer ato ou conduta em desacordo com as normas desta RILC.

Do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI

Art. 26. A DESO poderá adotar procedimento de manifestação de interesse - PMI para o recebimento de propostas e projetos de empreendimentos com vistas a atender necessidades previamente identificadas.

§ 1º. A avaliação e a seleção de projetos, levantamentos, investigações e estudos apresentados serão efetuadas por comissão designada pela DESO.

§ 2º. A DESO não está obrigada a utilizar, licitar ou contratar objeto decorrente de projeto oriundo de Manifestação de Interesse Privado.

Das Comissões de Licitação e do Pregoeiro

Art. 27. As licitações pelos modos aberto ou fechado serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial.

§ 1º. As comissões de que trata o caput serão compostas por, no mínimo, 3 (três) membros titulares e 1 (um) suplente, capacitados, empregados da DESO.

§ 2º. O mandato da comissão permanente de licitação é de 1 (um) ano, podendo, a critério da autoridade competente, haver a recondução para períodos subsequentes.

§ 3º. A critério da autoridade competente, a qualquer tempo poderá ser constituída uma comissão especial de licitação para processar e julgar um certame específico, ficando, automaticamente extinta com o atingimento desta finalidade.

§ 4º. Atendidos os requisitos regimentais da DESO, aos membros das comissões permanentes e especiais de licitação e aos pregoeiros poderá ser concedida gratificação especial pelo desempenho de atividades inerentes a estas funções.

§ 5º. Os membros das comissões permanentes e especiais de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados, salvo se for consignado posição individual divergente, devidamente fundamentada e registrada na ata em que adotada a decisão.

Art. 28. As licitações na modalidade de pregão serão processadas e julgadas por um pregoeiro, auxiliado por uma equipe de apoio, todos designados por ato formal da autoridade competente.

Art. 29. Compete às comissões de licitação e ao pregoeiro:

- I – Receber, examinar e julgar as propostas e documentos de habilitação conforme requisitos e critérios estabelecidos no instrumento convocatório;
- II – Receber e processar os recursos em face das suas decisões;
- III – Dar ciência aos interessados das suas decisões;
- IV – Encaminhar os autos da licitação à autoridade competente para deliberação;
- V – Propor à autoridade competente a instauração de processo administrativo punitivo objetivando a aplicação de sanções.

Parágrafo único. É facultado à comissão de licitação e ao pregoeiro, em qualquer fase do certame, promover as diligências que entender necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais, na proposta, documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

Do Agente de Contratação

Art. 30. A DESO poderá designar Agente de Contratação, dentre empregados efetivos, para conduzir o processo licitatório, em especial nos certames de menor complexidade.

§ 1º. O agente de contratação é o empregado responsável pela condução do procedimento licitatório, sendo competente, em especial, para:

- I – Conduzir a sessão pública da licitação;

- II – Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital;
- III – Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- IV – Verificar e julgar as condições de habilitação;
- V – Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- VI – Encaminhar à comissão de licitação, quando for o caso, os documentos para julgamento técnico;
- VII – Negociar condições mais vantajosas com o licitante melhor classificado;
- VIII – Indicar a proposta vencedora;
- IX – Conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- X – Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente.

§ 2º. O Agente de Contratação poderá ser auxiliado por equipe de apoio, de que poderão participar empregados do quadro permanente da DESO.

§ 3º. A designação do agente de contratação observará o seguinte:

- I – Preferencialmente, deverá recair sobre empregado efetivo do quadro permanente da DESO;
- II – O designado deverá possuir formação compatível com as atribuições ou qualificação atestada por certificação profissional;
- III – Não poderá ser designado empregado que mantenha qualquer tipo de relação com licitante ou interessado, de modo a afastar eventual conflito de interesses.

§ 4º. O Agente de Contratação não poderá:

- I – Ter função na fase preparatória da licitação;
- II – Ter interesse, direto ou indireto, no resultado do processo;
- III – Ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados.

§ 5º. A atuação do Agente de Contratação não afasta a responsabilidade pessoal daqueles que elaboraram o edital, termo de referência, projeto básico ou executivo, estudo técnico preliminar ou outros documentos técnicos, observadas as competências específicas de cada área e as prerrogativas profissionais legalmente asseguradas.

Do Diálogo Competitivo

Art. 31. O Diálogo Competitivo é modalidade de licitação que poderá ser utilizada pela DESO para contratação de obras, serviços e compras em que a Companhia realize diálogos com

licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades.

§ 1º. O Diálogo Competitivo será adotado quando:

- I – A DESO não conseguir definir adequadamente as especificações técnicas capazes de atender às suas necessidades, necessitando de inovação tecnológica ou técnica;
- II – O objeto pretendido admitir soluções distintas e a DESO necessitar realizar diálogo com licitantes para definir a solução mais adequada;
- III – Devido à natureza ou complexidade do objeto, não for possível definir completamente as condições de execução;
- IV – O objeto puder ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias de domínio restrito no mercado.

§ 2º. O procedimento do Diálogo Competitivo observará as seguintes fases:

- I – Qualificação: os interessados apresentarão documentação que comprove sua aptidão para participar do diálogo, sendo selecionados no mínimo 3 (três) licitantes;
- II – Diálogo: a DESO conduzirá diálogos com os licitantes selecionados, de forma sigilosa, para identificar e desenvolver soluções para atender às suas necessidades;
- III – Apresentação de propostas: após o encerramento dos diálogos, os licitantes apresentarão suas propostas finais;
- IV – Julgamento: as propostas serão avaliadas segundo critérios objetivos previamente definidos no instrumento convocatório.

§ 3º. É vedada a divulgação a terceiros de informações obtidas durante o diálogo, ressalvada a hipótese de autorização expressa do licitante interessado.

§ 4º. A utilização do procedimento descrito neste artigo deverá sempre observar os princípios e limites estabelecidos pela Lei nº 13.303/2016, em especial quanto à competitividade, à isonomia e à transparência.

Do Instrumento Convocatório

Art. 32. O instrumento convocatório deverá conter, conforme o caso, os seguintes elementos:

- I – O objeto da licitação;
- II – A forma de realização da licitação, eletrônica ou presencial;
- III – O modo de disputa, aberto, fechado ou combinado, os critérios de classificação para cada etapa da disputa e as regras para apresentação de propostas e de lances;
- IV – Os requisitos de conformidade das propostas;
- V – O prazo de apresentação de propostas;
- VI – Os critérios de julgamento e os critérios de desempate;

VII – Sem prejuízo do sigilo do valor orçado, que será mantido até o final da etapa de negociação, o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedada a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência;

VIII – Os requisitos de habilitação;

IX – Exigências, quando for o caso:

a) De marca ou modelo;

b) De amostra;

c) De certificação de qualidade do produto ou do processo de fabricação como requisito para aceitação das propostas na licitação; e

d) De carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

X – O prazo de validade da proposta;

XI – Os prazos e meios para apresentação de pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos;

XII – Os prazos e condições para a entrega do objeto;

XIII – As formas, condições e prazos de pagamento, bem como o critério de reajuste, quando for o caso;

XIV – A exigência de garantias e seguros, quando for o caso;

XV – As sanções;

XVI – Outras indicações específicas da licitação.

Parágrafo único. Integram o instrumento convocatório, como anexos:

I – O Termo de Referência, o projeto básico ou executivo, conforme o caso;

II – A minuta do contrato, quando for o caso;

III – Informações usualmente constantes do termo de contrato na hipótese de substituição por documentos equivalentes; e

IV – As especificações complementares e as normas de execução.

Art. 33. É vedado constar do instrumento convocatório, excetuando as possibilidades previstas neste RILC e que demandam de prévia motivação, as seguintes disposições:

I – Cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes, sem prévia motivação;

II – Qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

III – Exigência de comprovação de atividades ou de aptidão, com limitações de época, locais específicos que inibam indevidamente a participação na licitação;

IV – Utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

Art. 34. O instrumento convocatório poderá ser impugnado, motivadamente por qualquer pessoa física ou jurídica até o 5º dia útil anterior à data fixada para abertura do certame.

§ 1º. A DESO deve processar, julgar e decidir a impugnação interposta em até 3 (três) dias úteis contados da interposição.

§ 2º. Compete à autoridade signatária do Termo de Referência / projeto básico decidir as impugnações interpostas.

§ 3º. Se a impugnação for julgada procedente, a DESO deverá:

I – Na hipótese de ilegalidade insanável, anular a licitação total ou parcialmente;

II – Na hipótese de defeitos ou ilegalidades sanáveis, corrigir o ato, devendo:

a) Republicar o aviso da licitação pela mesma forma que se deu o texto original, devolvendo o prazo de publicidade inicialmente definido, exceto se a alteração no instrumento convocatório não afetar a formulação das propostas;

b) Comunicar a decisão da impugnação a todos os licitantes.

§ 4º. Se a impugnação for julgada improcedente, a DESO deverá comunicar a decisão diretamente ao Impugnante, dando seguimento à licitação.

Art. 35. Até o 5º dia útil anterior à data fixada para a abertura do certame, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos acerca da licitação, que deverão ser respondidos pela autoridade signatária do Termo de Referência / projeto básico, em até 3 (três) dias úteis contados da interposição.

Parágrafo único. As respostas dadas aos esclarecimentos serão disponibilizadas no sítio da DESO a todos os interessados e passam a integrar o instrumento convocatório na condição de anexos.

Art. 36. A apresentação dos envelopes ou o registro de ofertas no sistema de licitações eletrônicas contendo as propostas e a documentação de habilitação implica aceitação irrestrita das condições estabelecidas no Instrumento Convocatório.

Das Exigências de Habilitação

Art. 37. Para a habilitação será exigida dos interessados, exclusivamente, documentação relativa à:

I – Habilitação jurídica;

- II – Qualificação técnica;
- III – Qualificação econômico-financeira;
- IV – Regularidade fiscal;
- V – Recolhimento de quantia a título de adiantamento, tratando-se de licitações em que se utilize como critério de julgamento a maior oferta de preço.

Da Habilitação Jurídica

Art. 38. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

- I – Cédula de identidade, no caso de pessoa física;
- II – Registro comercial, no caso de empresa individual;
- III – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;
- IV – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;
- V – Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

Da Qualificação Técnica

Art. 39. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á:

- I – Ao registro ou à inscrição na entidade profissional competente;
- II – À comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico, adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- III – À prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;
- IV – Prova de requisitos de sustentabilidade ambiental, quando couber.

§ 1º. No caso das licitações pertinentes a obras e serviços, a comprovação da aptidão referida no inciso II deste artigo será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, se houver, suficientes para comprovar a aptidão do licitante.

§ 2º. A exigência relativa à capacitação técnica limitar-se-á à apresentação pelo licitante de Certidão de Acervo Técnico – CAT, acompanhada do respectivo Atestado, por execução de

obra ou serviço de características semelhantes às do objeto da licitação, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, conforme previsto no instrumento convocatório.

§ 3º. As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior serão definidas no instrumento convocatório podendo, conforme o caso, ser exigida uma experiência correspondente a até 50% (cinquenta por cento) de tais parcelas, podendo ser admitida ou não a somatória de atestados, conforme instrumento convocatório.

§4º. As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedadas as exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 5º. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverão participar da execução do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pelo Gestor do Contrato.

§ 6º. Nas licitações para fornecimento de bens, desde que devidamente justificada a pertinência dessa exigência no processo administrativo de contratação, a DESO poderá fixar no instrumento convocatório da licitação a exigência de apresentação de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado informando que a licitante já executou objeto compatível e pertinente em quantidades, características e prazos com o objeto da licitação, podendo ser exigida uma experiência correspondente a até 50% (cinquenta por cento) do referido objeto, admitida ou não a somatória de atestados, conforme instrumento convocatório

Da Qualificação Econômico-Financeira

Art. 40. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á:

I – Apresentação de balanço patrimonial e das demonstrações contábeis da seguinte forma:

- a) Para as Sociedades anônimas, mediante cópia autenticada da publicação em Diário Oficial.
- b) Para as demais empresas, cópias legíveis e autenticadas das páginas do Livro Diário, onde foram transcritos o Balanço Patrimonial e a demonstração do Resultado do último exercício social, com os respectivos termos de abertura e encerramento registrados na Junta Comercial ou no Cartório de Títulos e Documentos.
- c) Para as empresas constituídas há menos de um ano, será exigido apenas o Balanço de Abertura e demonstrações contábeis na forma da lei.

§ 1º. A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, por meio de cálculo de índices contábeis previstos no instrumento convocatório e devidamente

justificados no processo administrativo da licitação, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados na DESO.

§ 2º. A exigência constante no § 1º limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir.

§ 3º. A DESO, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório, a exigência patrimônio líquido mínimo, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 4º. O valor do patrimônio líquido a que se refere o § 3º não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização por índices oficiais.

Da Regularidade Fiscal

Art. 41. A documentação relativa à regularidade fiscal consistirá em:

- I – Prova de inscrição no CNPJ ou CPF, conforme o caso;
- II – Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeito negativo de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- III – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- IV – Prova da regularidade com a Fazenda Pública do Estado de Sergipe, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeito negativo de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual;
- V – Prova da regularidade com a Fazenda Pública do Município relativo ao domicílio ou sede da Licitante, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeito negativo de Débitos com o Município (ISSQN);
- VI – Prova da regularidade com a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em conformidade com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeito negativo de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Das Disposições Gerais sobre Habilitação

Art. 42. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, mediante cópia autenticada por cartório competente ou por membro da comissão de licitação

ou pregoeiro, por publicação em órgão da imprensa oficial ou obtidos pela internet em sítios oficiais do órgão emissor.

§ 1º. Os documentos de habilitação poderão ser substituídos, total ou parcialmente, pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC da DESO, desde que esteja atualizado na data da licitação.

§ 2º. As empresas estrangeiras atenderão, nas licitações internacionais, às exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

§ 3º. As certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária, desde que assim instituídas pelo órgão emissor, poderão ser emitidas pela internet (rede mundial de computadores), sendo válidas independentemente de assinatura ou chancela de servidor dos órgãos emissores.

Art. 43. A habilitação atenderá ainda as seguintes disposições:

- I – Os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante vencedor, exceto no caso de inversão de fases;
- II – No caso de inversão de fases, só serão abertos os envelopes e julgadas as propostas dos licitantes previamente habilitados;
- III – Poderão ser exigidos requisitos de sustentabilidade ambiental;
- IV – Poderá ser solicitada a comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, mediante, dentre outros documentos, de cópia do respectivo contrato, endereço da contratante e local em que foram prestados os serviços.

Da Participação em Consórcio

Art. 44. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:

- I – Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- II – Indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança, obrigatoriamente fixadas no instrumento convocatório;
- III – Apresentação dos documentos exigidos no art. 34 e seguintes por parte de cada consorciada, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada uma e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores na proporção de sua respectiva participação.
- IV – Impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente;

V – Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio.

Parágrafo único. O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.

Das Preferências nas Aquisições e Contratações

Art. 45. Serão concedidos às microempresas e empresas de pequeno porte, os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, na forma estabelecida neste RILC.

Art. 46. Para os efeitos deste RILC, aplicam-se as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

Art. 47. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, ser-lhe-á assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

Parágrafo único. A não regularização da documentação, no prazo previsto no caput deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste RILC, facultado a DESO convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, com prosseguimento da licitação ou sua revogação.

Art. 48. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§1º. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações pelos modos aberto ou fechado sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§2º. Na modalidade pregão, o intervalo percentual estabelecido no parágrafo anterior será de até 5%(cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 49. Para efeito do disposto no artigo anterior deste RILC, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será classificada em 1º lugar;

II – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do art. 48 deste RILC, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nos parágrafos do art. 48 deste RILC, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput deste artigo, será mantida a ordem de classificação original do certame.

§ 2º. O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta final não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3º. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço no prazo fixado pelo instrumento convocatório, após o encerramento da fase competitiva, sob pena de preclusão.

Art. 50. Nas contratações da DESO será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, e para tanto:

I – Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II – Poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

III – Deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º. Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, os pagamentos destinados às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, ocorrerão exclusivamente à Contratada.

§ 2º. Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conforme previsão contida no instrumento convocatório, a qual deverá ser precedida de justificativa nos autos do processo administrativo de contratação para a adoção do benefício e do percentual previsto.

Art. 51. Não se aplica o disposto no art. 50 quando:

- I – Não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
- II – O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
- III – A licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos artigos 29 e 30 da Lei nº 13.303/2016, excetuando-se as dispensas tratadas pelo inciso II do art. 29 da mesma Lei, nas quais a compra ou serviços deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte.

Disposições Gerais para a Contratação de Obras e Serviços de Engenharia

Art. 52. Os contratos destinados à execução de obras e serviços de engenharia admitirão os seguintes regimes, desde que observado os ditames da Lei nº 13.303/2016:

- I – Empreitada por preço unitário, nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários;
- II – Empreitada por preço global, quando for possível definir previamente no projeto básico e/ou executivos, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual;
- III – Contratação por tarefa, em contratações de profissionais autônomos ou de pequenas empresas para realização de serviços técnicos comuns e de curta duração;
- IV – Empreitada integrada, nos casos em que o contratante necessite receber o empreendimento, normalmente de alta complexidade, em condição de operação imediata;
- V – Contratação semi-integral, quando for possível definir previamente no projeto básico as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual, em obra ou serviço de engenharia que possa ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias;
- VI – Contratação integrada, quando a obra ou o serviço de engenharia for de natureza predominantemente intelectual e de inovação tecnológica do objeto licitado ou puder ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias de domínio restrito no mercado.

Parágrafo único. Serão obrigatoriamente precedidas pela elaboração de projeto básico, disponível para exame de qualquer interessado, as licitações para a contratação de obras e serviços, com exceção daquelas em que for adotado o regime de contratação integrada, conforme art. 42 Inciso VI da Lei nº 13.303/2016.

Art. 53. As contratações sob regime de execução de contratação semi-integrada e integrada restringir-se-ão a obras e serviços de engenharia e observarão, além das disposições contidas na Lei nº 13.303/2016, os seguintes requisitos:

I – O instrumento convocatório deverá conter:

- a) Anteprojeto de engenharia, no caso de contratação integrada, com elementos técnicos que permitam a caracterização da obra ou do serviço e a elaboração e comparação, de forma isonômica, das propostas a serem ofertadas pelos particulares;
- b) Projeto básico, nos casos de empreitada por preço unitário, de empreitada por preço global, de empreitada integral e de contratação semi-integrada;
- c) Parecer técnico, assim entendido como sendo a definição precisa das frações do empreendimento em que haverá liberdade de as contratadas inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, seja em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação, seja em termos de detalhamento dos sistemas e procedimentos construtivos previstos nessas peças técnicas;
- d) Matriz de riscos.

II – O valor estimado do objeto a ser licitado será calculado:

- a) A partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no Sistema de Preços Referenciais do ORSE e SINAPI, no caso de obras e serviços de engenharia contratadas pelo regime de empreitada semi-integrada;
- b) Com base em valores de mercado, em valores pagos pela administração pública em serviços e obras similares ou em avaliação do custo global da obra, aferido mediante orçamento sintético ou metodologia expedita ou paramétrica, quando das contratações de obras e serviços de engenharia contratadas pelo regime de empreitada integrada.

III – O critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço ou de melhor combinação de técnica e preço, pontuando-se na avaliação técnica as vantagens e os benefícios que eventualmente forem oferecidos para cada produto ou solução;

IV – Na contratação semi-integrada, o projeto básico poderá ser alterado pela Licitante/Contratada para contemplar as alterações decorrentes das liberalidades constantes no edital, desde que aprovadas pela Diretoria da Área Solicitante da DESO, uma vez demonstrada a superioridade das inovações em termos de:

- a) Redução de custos;
- b) Aumento da qualidade;
- c) Redução do prazo de execução;
- d) Facilidade de manutenção; ou
- e) Facilidade de operação.

§ 1º. No caso dos orçamentos de obras e serviços de engenharia contratados pelo regime de execução de empreitada integrada:

I – Sempre que o anteprojeto da licitação, por seus elementos mínimos, assim o permitir, as estimativas de preço devem se basear em orçamento tão detalhado quanto possível, devendo a utilização de estimativas paramétricas e a avaliação aproximada baseada em outras obras similares ser realizadas somente nas frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto da licitação, exigindo-se das contratadas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento em seus demonstrativos de formação de preços;

II – Quando utilizada metodologia expedita ou paramétrica para abalizar o valor do empreendimento ou de fração dele, consideradas as disposições do inciso I, entre 2 (duas) ou mais técnicas estimativas possíveis, deve ser utilizada nas estimativas de preço-base a que viabilize a maior precisão orçamentária, exigindo-se das licitantes, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento na motivação dos respectivos preços ofertados.

§ 2º. Nas contratações integradas ou semi-integradas em que a Licitante/Contratada apresentar proposta de alteração de projeto básico que venha a ser aprovada pela Diretoria da Área Solicitante, os riscos decorrentes de fatos supervenientes deverão ser alocados na Matriz de Risco como sendo responsabilidade integral da Contratada, que deverá arcar integralmente com os custos e efeitos decorrentes da alteração que se mostrarem associados às parcelas para alteradas.

§ 3º. Não será admitida, por parte da DESO, como justificativa para a adoção do regime de contratação integrada, a ausência de projeto básico.

Da Publicidade

Art. 54. Serão divulgados no Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico da DESO na internet os seguintes atos:

- I – Avisos de licitações;
- II – Extratos de contratos e de termos aditivos;
- III – Avisos de chamamentos públicos.

§ 1º. Os atos de julgamento, adjudicação e de homologação da licitação serão divulgados unicamente no sítio eletrônico da DESO.

§ 2º. O aviso da licitação conterá a definição resumida do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser consultada ou obtida a íntegra do instrumento convocatório, bem como o endereço, data e hora da sessão pública, devendo ser priorizada a disponibilização gratuita e integral no sítio eletrônico da DESO.

Art. 55. Na publicidade das licitações deverão ser observados os seguintes prazos mínimos:

I – Para aquisição de bens:

- a) 5 (cinco) dias úteis, quando adotado como critério de julgamento o menor preço ou o maior desconto;
- b) 10 (dez) dias úteis, nas demais hipóteses.

II – Para contratação de obras e serviços:

- a) 15 (quinze) dias úteis, quando adotado como critério de julgamento o menor preço ou o maior desconto;
- b) 30 (trinta) dias úteis, nas demais hipóteses;

III – No mínimo 45 (quarenta e cinco) dias úteis para licitação em que se adote como critério de julgamento a melhor técnica ou a melhor combinação de técnica e preço, bem como para licitação em que haja contratação semi-integrada ou integrada.

Parágrafo único. O termo inicial para a contagem dos prazos mínimos fixados por este artigo será a data da última veiculação do aviso da licitação.

Da Fase Externa

Art. 56. As licitações deverão ser processadas preferencialmente sob a forma eletrônica.

§ 1º. Nos procedimentos sob a forma eletrônica, a DESO poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico.

§ 2º. As licitações sob a forma eletrônica poderão ser processadas por meio do sistema eletrônico usualmente utilizado pela Administração Pública Direta.

Art. 57. Após a publicidade do instrumento convocatório inicia-se a fase de apresentação de propostas ou lances.

Da Apresentação das Propostas ou Lances

Art. 58. As licitações na modalidade de pregão eletrônico – PE observarão o seguinte procedimento:

- I – A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha;
- II – Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha;
- III – As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet;

- IV – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes;
- V – O pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico;
- VI – No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro;
- VII – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital;
- VIII – O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- IX – Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;
- X – Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;
- XI – A partir do encerramento da etapa de lances pelo Pregoeiro, dar-se-á início a etapa de lances por tempo randômico, através de sistema eletrônico que encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, que durará até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;
- XII – encerrada a etapa competitiva por meio da apresentação de lances, o sistema verificará a incidência de eventual direito de preferência a ser concedido a licitante enquadrada na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- XIII – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que sejam obtidas melhores condições;
- XIV – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
- XV – No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;
- XVI – Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação;
- XVII – Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital;
- XVIII – A habilitação dos licitantes será realizada de acordo com o disposto nesse RILC e no instrumento convocatório;

XIX – Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital;

XX – Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor;

XXI – Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, no prazo do instrumento convocatório de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses;

XXII – A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do inciso anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;

XXIII – O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XXIV – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente na forma deste RILC adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

Art. 59. As licitações poderão também adotar os modos de disputa aberto, fechado ou combinado no caso de parcelamento do objeto.

Do Modo de Disputa Aberto

Art. 60. No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão suas propostas escritas ou eletrônicas em sessão pública e, na sequência, ofertarão lances sucessivos, crescentes ou decrescentes, conforme o critério de julgamento adotado.

Parágrafo único. O instrumento convocatório poderá estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

Art. 61. Caso a licitação pelo modo de disputa aberto seja realizada sob a forma presencial, serão adotados, adicionalmente, os seguintes procedimentos:

I – As propostas iniciais serão classificadas de acordo com a ordem de vantajosidade;

II – A comissão de licitação convidará individual e sucessivamente os licitantes, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta menos vantajosa, seguido dos demais; e

III – A desistência do licitante em apresentar lance, quando convocado, implicará sua exclusão da etapa de lances e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas, exceto no caso de ser o detentor da melhor proposta, hipótese em que poderá apresentar novos lances sempre que esta for coberta.

Art. 62. O instrumento convocatório poderá estabelecer a possibilidade de apresentação de lances intermediários pelos licitantes durante a disputa aberta.

Parágrafo único. São considerados intermediários os lances:

I – Iguais ou inferiores ao maior já ofertado, mas superiores ao último lance dado pelo próprio licitante, quando adotado o julgamento pelo critério da maior oferta de preço; ou

II – Iguais ou superiores ao menor já ofertado, mas inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante, quando adotados os demais critérios de julgamento.

Do Modo de Disputa Fechado

Art. 63. No modo de disputa fechado, as propostas escritas ou eletrônicas apresentadas pelos licitantes serão sigilosas até a data e hora designadas para que sejam divulgadas.

Parágrafo único. No caso de licitação presencial, as propostas deverão ser apresentadas em envelopes fechados, abertos em sessão pública e ordenadas conforme critério de vantajosidade.

Da Combinação dos Modos de Disputa

Art. 64. No caso de parcelamento do objeto, cada item ou lote licitado poderá adotar um modo de disputa diverso, aberto ou fechado.

Do Julgamento das Propostas

Dos Critérios de Julgamento

Art. 65. Nas licitações da DESO poderão ser utilizados os seguintes critérios de julgamento:

I – Menor preço;

- II – Maior desconto;
- III – Melhor combinação de técnica e preço;
- IV – Melhor técnica;
- V – Melhor conteúdo artístico;
- VI – Maior oferta de preço;
- VII – Maior retorno econômico;
- VIII – Melhor destinação de bens alienados.

§ 1º. Os critérios de julgamento serão expressamente identificados no instrumento convocatório e poderão ser combinados na hipótese de parcelamento do objeto.

§ 2º. Na hipótese de adoção dos critérios referidos nos incisos III, IV, V e VII do caput deste artigo, o julgamento das propostas será efetivado mediante o emprego de parâmetros específicos, definidos no instrumento convocatório, destinados a limitar a subjetividade do julgamento.

§ 3º. Para efeito de julgamento, não serão consideradas vantagens não previstas no instrumento convocatório.

Do Critério de Menor Preço ou Maior Desconto

Art. 66. O critério de julgamento pelo menor preço ou maior desconto considerará o menor dispêndio para a DESO atendidos os parâmetros mínimos de qualidade e prazos definidos no instrumento convocatório.

Parágrafo único. Os custos indiretos, relacionados às despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, entre outros fatores, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme parâmetros fixados no instrumento convocatório.

Art. 67. O critério de julgamento por maior desconto:

- I – Terá como referência o preço global fixado no instrumento convocatório, estendendo-se o desconto oferecido nas propostas ou lances vencedores a eventuais termos aditivos;
- II – No caso de obras e serviços de engenharia, o desconto incidirá de forma linear sobre a totalidade dos itens constantes do orçamento estimado, que deverá obrigatoriamente integrar o instrumento convocatório.

Parágrafo único. A adoção do critério de julgamento baseado no maior desconto para as contratações de obras e serviços de engenharia deverá ser precedida de justificativa de sua vantajosidade sobre o critério de julgamento baseado na indicação do menor valor nominal, que deverá ser anexada aos autos do processo administrativo de contratação.

Do Critério de Melhor Combinação de Técnica e Preço ou Melhor Técnica

Art. 68. Os critérios de julgamento pela melhor combinação de técnica e preço ou de melhor técnica serão utilizados, em especial, nas licitações destinadas a contratar objeto:

I – De natureza predominantemente intelectual e de inovação tecnológica ou técnica;
ou

II – Que possa ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias de domínio restrito no mercado, pontuando-se as vantagens e qualidades oferecidas para cada produto ou solução.

§ 1º. Será escolhido um dos critérios de julgamento a que se refere o caput quando a necessidade técnica demandar qualidade que não possa ser obtida apenas pela fixação de requisitos mínimos estabelecidos no instrumento convocatório e quando o fator preço não seja preponderante para a escolha da melhor proposta.

§ 2º. Poderão ser utilizados parâmetros de sustentabilidade ambiental para a pontuação das propostas técnicas.

Art. 69. No julgamento pelo critério de melhor combinação de técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas e de preços apresentadas pelos licitantes, segundo fatores de ponderação objetivo previsto no instrumento convocatório.

§ 1º. O fator de ponderação técnico poderá ser fixado em até 70% (setenta por cento).

§ 2º. O instrumento convocatório estabelecerá pontuação mínima para as propostas técnicas e valor máximo para aceitação do preço, cujo não atendimento em ambos os casos implicará desclassificação da proposta.

§ 3º. No critério de julgamento de melhor combinação de técnica e preço, será adotado o seguinte procedimento:

I – Serão abertos os envelopes contendo as propostas técnicas e feita a avaliação e classificação destas propostas de acordo com os critérios definidos com clareza e objetividade no instrumento convocatório e que considerem, entre outros, os seguintes critérios:

- a) Capacitação e a experiência do proponente;
- b) Qualidade técnica da proposta;
- c) Compreensão da metodologia;
- d) Organização;
- e) Sustentabilidade ambiental;
- f) Tecnologias e recursos materiais a serem utilizados nos trabalhos; e
- g) Qualificação das equipes técnicas a serem mobilizadas para a sua execução.

II – Ato contínuo serão abertos os envelopes com as propostas de preço de todos os licitantes seguida de avaliação de acordo com os critérios objetivos preestabelecidos no instrumento convocatório;

III – A classificação final far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnicas e de preço, de acordo com os pesos preestabelecidos no instrumento convocatório.

IV – A critério da Comissão Julgadora, os envelopes de proposta técnica, de preço e habilitação poderão ser abertos em sessões públicas separadas.

Art. 70. No critério de julgamento pela melhor técnica será adotado o seguinte procedimento:

I – Serão abertos os envelopes contendo as propostas técnicas e feita a avaliação e classificação destas propostas de acordo com os critérios definidos com clareza e objetividade no instrumento convocatório e que considerem, entre outros, os seguintes critérios:

- a) Capacitação e a experiência do proponente;
- b) Qualidade técnica da proposta;
- c) Compreensão da metodologia;
- d) Organização;
- e) Sustentabilidade ambiental;
- f) Tecnologias e recursos materiais a serem utilizados nos trabalhos; e
- g) Qualificação das equipes técnicas a serem mobilizadas para a sua execução.

II – Classificadas as propostas técnicas, será reputado vencedor o licitante que obtiver a maior nota técnica.

Parágrafo único. No caso de julgamento por melhor técnica, o valor do prêmio ou da remuneração será previsto no instrumento convocatório.

Do Critério de Melhor Conteúdo Artístico

Art. 71. O critério de julgamento pelo melhor conteúdo artístico poderá ser utilizado para a contratação de projetos e trabalhos de natureza artística.

Parágrafo único. O instrumento convocatório definirá o prêmio ou a remuneração que será atribuída ao vencedor, devendo estabelecer parâmetros mínimos aceitáveis para o objeto posto em competição.

Art. 72. Nas licitações que adotem o critério de julgamento pelo melhor conteúdo artístico a comissão de licitação será auxiliada por comissão especial integrada por, no mínimo, três pessoas de reputação ilibada e notório conhecimento da matéria em exame, empregados ou não.

Parágrafo único. Os membros da comissão especial a que se refere o caput responderão por todos os atos praticados, salvo se for consignado posição individual divergente estiver registrada na ata da reunião em que adotada a decisão.

Do Critério de Maior Oferta de Preço

Art. 73. O critério de julgamento pela maior oferta de preço será utilizado no caso de contratos que resultem em receita para a DESO como de alienações, locações e cessões de uso de bens.

§ 1º. Se adotado o critério de julgamento referido no caput, poderá ser dispensado o cumprimento dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira.

§ 2º. Poderá ser requisito de habilitação a comprovação do recolhimento de quantia como garantia, limitada a 5% (cinco por cento) do valor mínimo de arrematação.

§ 3º. Na hipótese do § 2º, o licitante vencedor perderá a quantia em favor da DESO caso não efetue o pagamento do valor ofertado no prazo fixado.

§ 4º. A alienação de bens da DESO deverá ser justificada, precedida de avaliação que fixe o valor mínimo de arrematação, e de licitação pelo critério de julgamento previsto neste artigo.

Art. 74. Os bens e direitos arrematados serão pagos e entregues ao arrematante nos termos e condições previamente fixadas no instrumento convocatório.

Do Critério de Maior Retorno Econômico

Art. 75. No critério de julgamento pelo maior retorno econômico as propostas serão consideradas de forma a selecionar a que proporcionar a maior economia para a DESO decorrente da execução do contrato.

§ 1º. O critério de julgamento pelo maior retorno econômico será utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência.

§ 2º. O contrato de eficiência terá por objeto a prestação de serviços, que poderá incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia à DESO, na forma de redução de despesas.

§ 3º. O instrumento convocatório deverá prever parâmetros objetivos de mensuração da economia gerada com a execução do contrato, que servirá de base de cálculo da remuneração devida ao contratado.

§ 4º. Para efeito de julgamento da proposta, o retorno econômico é o resultado da economia que se estima gerar com a execução da proposta de trabalho, deduzida a proposta de preço.

Art. 76. Nas licitações que adotem o critério de julgamento pelo maior retorno econômico, os licitantes apresentarão:

I – Proposta de trabalho, que deverá contemplar:

- a) As obras, serviços ou bens, com respectivos prazos de realização ou fornecimento; e
- b) A economia que se estima gerar, expressa em unidade de medida associada à obra, bem ou serviço e expressa em unidade monetária.

II – Proposta de preço, que corresponderá a um percentual sobre a economia que se estima gerar durante determinado período, expressa em unidade monetária.

Art. 77. Celebrado o contrato de eficiência, quando não for gerada a economia prevista no lance ou proposta da contratada, a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida será descontada da remuneração devida à contratada.

§1º. Se a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida for superior à remuneração da contratada, será aplicada a sanção prevista no contrato.

§2º. Para efeito de julgamento da proposta, o retorno econômico é o resultado da economia que se estima gerar com a execução da proposta de trabalho, deduzida a proposta de preço.

Do Critério de Melhor Destinação de Bens Alienados

Art. 78. No critério de julgamento pela melhor destinação de bens alienados, será considerada a repercussão no meio social, da finalidade para cujo atendimento o bem será utilizado pelo adquirente.

§ 1º. O instrumento convocatório conterá os parâmetros objetivos para aferição da repercussão no meio social da destinação a ser dada pelo bem alienado.

§ 2º. A destinação do bem alienado deverá estar alinhada com os objetivos de políticas públicas previstos na carta anual de que trata o art. 8º inciso I, da Lei nº 13.303/2016, com o plano de negócios ou com a estratégia de longo prazo da DESO, ou com valores constitucionais e legais que cumpre à empresa realizar.

§ 3º. O descumprimento da finalidade determinada para o bem alienado resultará na imediata restituição do bem ao acervo patrimonial da DESO, vedado, nessa hipótese, o pagamento de indenização em favor do adquirente.

§ 4º. O disposto no § 3º não afasta o dever de restituir o valor recebido a título de pagamento.

§ 5º. Será reputada vencedora a proposta que, nos termos do disposto no instrumento convocatório, oferete o preço estimado pela DESO e represente a utilização que produza a melhor repercussão no meio social.

Do Critério de Desempate

Art. 79. Nas licitações em que após o exercício do direito de preferência de que trata o art. 45, em caso de empate entre propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate:

- I – Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;
- II – Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que previamente instituído sistema objetivo de avaliação;
- III – Os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os demais critérios de desempate previstos na legislação aplicável, observada a ordem de preferência estabelecida em regulamento;
- IV – Sorteio.

Do Julgamento da Proposta e Habilitação

Art. 80. Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daqueles que:

- I – Contenham vícios insanáveis;
- II – Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
- III – Apresentem preços manifestamente inexequíveis;
- IV – Se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação;
- V – Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela DESO;
- VI – Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

§ 1º. A verificação da efetividade dos lances ou propostas poderá ser feita exclusivamente em relação aos lances e propostas mais bem classificados.

§ 2º. A DESO poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

§ 3º. Nas licitações de obras e serviços de engenharia, consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- I – Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela DESO; ou
- II – Valor do orçamento estimado pela DESO.

§ 4º. Para os demais objetos, para efeito de avaliação da exequibilidade ou de sobrepreço, deverão ser estabelecidos critérios de aceitabilidade de preços que considerem o preço global, os quantitativos e os preços unitários, assim definidos no instrumento convocatório.

§ 5º. Consideram-se preços manifestamente inexequíveis, aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentos que comprovem que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

§ 6º. Para efeito de demonstração da exequibilidade dos preços na forma do §5º, não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, de forma a demonstrar a adequação do preço proposto em face dos custos que incidirão sobre a execução do contrato, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

§ 7º. Se houver indícios de inexequibilidade do preço ofertado, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, para fins de comprovação de sua viabilidade econômica, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- I – Intimação do licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- II – Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- III – Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Previdência Social;
- IV – Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- V – Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- VI – Verificação de outros contratos que o licitante mantenha com a DESO, com entidades públicas ou privadas;
- VII – Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- VIII – Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo licitante;
- IX – Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- X – Estudos setoriais;
- XI – Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- XII – Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a prestação dos serviços; e
- XIII – Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

§ 8º. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a DESO poderá fixar prazo de até 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas ou documentação escoimadas das causas que culminaram nas respectivas desclassificações ou inabilitações.

§ 9º. Para fins de julgamento da licitação, as propostas apresentadas por licitantes estrangeiros deverão ser submetidas à equalização dos preços visando acrescer a elas o valor correspondente aos gravames decorrentes dos tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários a que estão submetidos os licitantes brasileiros.

§ 10. Em licitações presenciais a abertura dos envelopes contendo as propostas e a documentação de habilitação será realizada sempre em sessão pública, previamente designada, da qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos membros da comissão de licitação ou pelo pregoeiro, facultada a assinatura aos licitantes presentes.

Art. 81. Verificada a existência de vício sanável no procedimento de contratação ou na execução contratual, a DESO poderá promover a sua convalidação, mediante decisão administrativa motivada, desde que demonstrado que a irregularidade não compromete a legalidade essencial do procedimento, nem gera prejuízo à competitividade, à isonomia entre os licitantes ou ao resultado da contratação.

§ 1º. A decisão de convalidação deverá ser precedida de análise técnica e jurídica que avalie:

I – a natureza do vício identificado e sua possibilidade de saneamento;

II – a existência ou não de prejuízo à competição, à igualdade entre os licitantes ou à seleção da proposta mais vantajosa;

III – as consequências jurídicas, administrativas, econômicas e operacionais decorrentes da eventual anulação do procedimento ou do contrato;

IV – os impactos da interrupção da contratação sobre a continuidade ou a segurança da prestação dos serviços públicos.

§ 2º. A convalidação poderá ser adotada quando demonstrado que a anulação do procedimento ou do contrato poderá causar prejuízo grave ou risco à continuidade de serviço público essencial, especialmente nas atividades relacionadas à operação da DESO.

§ 3º. Não poderão ser objeto de convalidação vícios decorrentes de fraude, dolo, corrupção, direcionamento do certame, violação à competitividade ou qualquer prática que comprometa a lisura do procedimento licitatório.

§ 4º. A decisão de convalidação deverá ser formalizada em processo administrativo específico, instruído com manifestação Gerência de Licitações e Contratos, devidamente homologada pela Superintendência Jurídica, e da Auditoria Interna.

§ 5º. A convalidação não afasta a eventual responsabilização administrativa dos agentes públicos ou empregados que tenham dado causa ao vício identificado.

Da Negociação

Art. 82. Confirmada a efetividade do lance ou proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, a DESO deverá negociar condições mais vantajosas com quem a apresentou.

§ 1º. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

§ 2º. Se depois de adotada a providência referida no § 1º deste artigo não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

Dos Recursos

Art. 83. Haverá fase recursal única, após o encerramento da fase de habilitação.

Art. 84. Salvo no caso de licitação na modalidade Pregão, as razões de recursos deverão ser apresentadas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data da publicidade do ato em meio eletrônico ou da lavratura da ata da sessão, se presentes todos os licitantes.

§ 1º. O prazo para apresentação de contrarrazões será de 05 (cinco) dias úteis e começará imediatamente após o encerramento do prazo a que se refere o caput.

§ 2º. É assegurado aos licitantes o direito de obter vistas dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Art. 85. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

Parágrafo único. Os prazos se iniciam e vencem exclusivamente em dias úteis de expediente.

Art. 86. O recurso será dirigido à autoridade que praticou o ato recorrido, a qual apreciará sua admissibilidade, cabendo a esta reconsiderar ou não sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis e fazê-lo subir à segunda instância administrativa, devidamente informado, devendo a decisão final ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Art. 87. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

Art. 88. No caso da inversão de fases, os licitantes poderão apresentar recursos após a fase de habilitação e após a fase de julgamento das propostas.

Da Homologação

Art. 89. Na fase de homologação, a autoridade competente na forma deste RILC ou de ato normativo interno poderá:

- I – Homologar e/ou adjudicar o objeto da licitação;
- II – Anular o processo, no todo ou em parte, por vício de legalidade, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado;
- III – Revogar o processo, no todo ou em parte, em decorrência de fato superveniente à instauração, que constituía óbice manifesto e incontornável à continuidade do processo, devidamente justificado;
- IV – Homologar o processo deserto, na hipótese de nenhum interessado ter acudido ao chamamento; ou
- V – Homologar o processo fracassado, na hipótese de todos os licitantes terem sido desclassificados ou inabilitados.

Parágrafo único. A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor do licitante vencedor.

Art. 90. A nulidade do processo licitatório, do procedimento de dispensa ou de inexigibilidade de licitação induz à nulidade do contrato.

Parágrafo único. A anulação ou revogação do processo licitatório depois de iniciada a fase de lances ou propostas será precedida de processo administrativo no qual sejam asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa, a ser exercido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, salvo no caso de manifestação expressa e prévia de todos os licitantes renunciando o direito de contestar o ato respectivo.

Procedimentos Auxiliares às Contratações

Art. 91. São procedimentos auxiliares das licitações da DESO:

- I – Pré-qualificação permanente;
- II – Cadastramento;
- III – Sistema de registro de preços;
- IV – Catálogo eletrônico de padronização.

Parágrafo único. Os procedimentos de que trata o caput deste artigo obedecerão a critérios claros e objetivos definidos neste RILC.

Da Pré-Qualificação Permanente

Art. 92. A DESO poderá promover a pré-qualificação com o objetivo de identificar:

I – Fornecedores que reúnam condições de qualificação técnica exigidas para o fornecimento de bem ou a execução de serviço ou obra nos prazos, locais e condições previamente estabelecidos; ou

II – Bens que atendam às exigências técnicas e de qualidade estabelecidas pela DESO.

§ 1º. A pré-qualificação poderá ser parcial ou total, contendo alguns ou todos os requisitos de habilitação técnica necessários à contratação.

§ 2º. A pré-qualificação de que trata o inciso I do caput poderá ser efetuada por grupos ou segmentos de objetos a serem contratados, segundo as especialidades dos fornecedores.

§ 3º. O procedimento de pré-qualificação será público e permanentemente aberto à inscrição de qualquer interessado.

Art. 93. A pré-qualificação terá validade máxima de 1 (um) ano, podendo, a critério da DESO, ser atualizada a qualquer tempo.

Art. 94. Sempre que a DESO entender conveniente implementar procedimento de pré-qualificação de fornecedores ou bens, deverá convocar os interessados para que demonstrem o cumprimento das exigências de qualificação técnica ou de aceitação de bens, conforme o caso.

§ 1º. A convocação de que trata o caput será realizada mediante:

I – Publicidade de extrato do edital de pré-qualificação em sítio eletrônico da DESO; e

II – Publicidade de extrato do edital de pré-qualificação se dará no Diário Oficial do Estado.

§ 2º. A convocação explicitará, resumidamente, as exigências de qualificação técnica ou de aceitação de bens, conforme o caso.

Art. 95. Será fornecido certificado aos pré-qualificados, renovável sempre que o registro for atualizado.

Art. 96. Caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data da intimação ou da lavratura da ata do ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessados.

Art. 97. A DESO, justificadamente, poderá instaurar licitação restrita aos pré-qualificados, desde que:

I – A convocação para a pré-qualificação discrimine que as futuras licitações serão restritas aos pré-qualificados;

II – Os requisitos de qualificação técnica exigidos sejam compatíveis com o objeto a ser Contratado.

§ 1º. Só poderão participar da licitação restrita aos pré-qualificados os licitantes que, na data da publicação do respectivo instrumento convocatório:

I – Já tenham apresentado a documentação exigida para a pré-qualificação, ainda que o pedido de pré-qualificação não tenha sido apreciado e seja deferido posteriormente; e

II – Estejam regularmente cadastrados.

§ 2º. No caso de realização de licitação restrita, a DESO enviará convite por meio eletrônico a todos os pré-qualificados no respectivo segmento para participar da licitação.

§ 3º. O convite de que trata o § 2º deste artigo não exclui a obrigação de atendimento aos requisitos de publicidade do instrumento convocatório.

Art. 98. A DESO divulgará no seu sítio eletrônico oficial a relação dos produtos e dos fornecedores pré-qualificados.

Do Cadastramento

Art. 99. A DESO manterá cadastro com o objetivo de comprovação da regularidade fiscal (art. 41, deste RILC) para fins de habilitação (art. 37, deste RILC).

Art. 100. O cadastro deverá ser organizado, mantido e gerenciado pela Gerência de Licitações e Contratos, em articulação com as demais Unidades da DESO.

Art. 101. A Gerência de Licitações e Contratos deve disponibilizar, para as demais Unidades da DESO, o cadastro para fins de análise, consultas e contratações.

Art. 102. As empresas interessadas em serem incluídas no cadastro devem atender às exigências explicitadas no Manual de Cadastro, sendo o referido processo de inclusão realizado de forma ininterrupta, inclusive para fins de renovação, alteração, substituição ou complementação cadastral.

Art. 103. As empresas, detentoras do Certificado de Registro Cadastral – CRC poderão, uma vez previsto no Edital, utilizar do referido certificado para fins de comprovação de habilitação,

desde que atendidos todos os requisitos e exigências constantes do referido Instrumento Convocatório.

Art. 104. O fato de uma determinada empresa ser detentora do Certificado de Registro Cadastral – CRC, não retira a possibilidade da DESO de rever os documentos a ele atinentes.

Art. 105. É responsabilidade das empresas, para fins de utilização do Certificado de Registro Cadastral – CRC em Licitações, manter toda a documentação exigida em dia, inclusive em relação habilitação jurídica, técnica, econômico-financeira e fiscal, com vistas à comprovação de sua regularidade para fins de habilitação.

Do Sistema de Registro de Preços

Art. 106. As contratações de serviços, inclusive de engenharia, de aquisição de bens e de execução de obras com características padronizadas deverão, preferencialmente, ser realizadas pelo Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos dispostos no decreto do Poder Executivo e neste RILC.

Art. 107. Para os efeitos deste RILC, considera-se:

I – Sistema de registro de preços – SRP – conjunto de procedimentos para registro formal de preços para contratações futuras, relativos à prestação de serviços, inclusive de engenharia, de aquisição de bens e de execução de obras com características padronizadas, sem que a DESO assumo o compromisso de firmar as contratações que possam advir desse sistema;

II – Ata de registro de preços – documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III – Órgão gerenciador – comissão ou empregado da DESO responsável pela condução dos atos preparatórios ao procedimento para registro de preços e gerenciamento da ata dele decorrente;

IV – Participante – empresa pública ou sociedade de economia mista que participe dos procedimentos iniciais do SRP a convite da DESO e integre a ata de registro de preços; e

V – Aderente – empresa pública ou sociedade de economia mista que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, adere a uma ata de registro de preços da DESO para celebração de contrato.

Art. 108. O SRP deverá ser adotado, preferencialmente, quando:

- I – Pelas características do bem, obra ou serviço e da demanda da DESO houver necessidade de contratações frequentes;
- II – For conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de obras ou serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; ou
- III – Pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela DESO.

Art. 109. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

- I – Dar ampla divulgação interna da pretensão da DESO em instituir um Sistema de Registro de Preços, informando o objeto a ser registrado e fixando um prazo para que as unidades administrativas manifestem interesse indicando, cada qual, as características e quantidades para atendimento das necessidades;
- II – Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;
- III – Realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação;
- IV – Confirmar junto às unidades administrativas da DESO a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;
- V – Encaminhar todas as informações e documentos à Gerência de Licitações e Contratos para providências necessárias ao início do processo licitatório;
- VI – Gerenciar a ata de registro de preços;
- VII – Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- VIII – Opinar pela instauração de processo administrativo punitivo objetivando a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo único. O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico às unidades administrativas internas da DESO para execução das suas atribuições.

Art. 110. Compete ao participante:

- I – Registrar o interesse em participar do registro de preços informando estimativa de contratação, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação, especificações técnicas ou termo de referência ou projeto básico, visando a instauração do procedimento licitatório;

- II – Garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente, no prazo estabelecido pelo órgão gerenciador;
- III – Manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto licitado, antes da realização do processo licitatório;
- IV – Tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
- V – Emitir a ordem de compra ou ordem de serviço quando da necessidade de contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;
- VI – Assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem quanto à sua utilização;
- VII – Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais; e
- VIII – Informar ao órgão gerenciador, eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal.

Parágrafo único. Cabe ao participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

Art. 111. A licitação para registro de preços de bens ou serviços de natureza comum poderá ser instaurada na modalidade pregão, preferencialmente na sua forma eletrônica.

Art. 112. O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

Parágrafo único. No caso de serviços, a divisão considerará a unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada unidade administrativa participante do certame.

Art. 113. O instrumento convocatório para registro de preços observará o disposto neste RILC, e contemplará, no mínimo:

- I – A especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do

bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II – Estimativa de quantidades a serem adquiridas por todas as unidades participantes;

III – Estimativa de quantidades previstas para aquisição pelos aderentes, se assim admitido, limitada a cinco vezes o quantitativo total fixado para o gerenciador e participantes;

IV – Condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características de pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

V – Prazo de validade do registro de preço;

VI – Os participantes do registro de preço;

VII – Modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

VIII – Penalidades por descumprimento das condições fixadas na ata de registro de preço e nos contratos; e

IX – Minuta da ata de registro de preços como anexo.

Parágrafo único. O instrumento convocatório poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que justificado.

Art. 114. A licitação para registro de preços deverá adotar o critério de julgamento pelo menor preço ou pelo maior desconto e será precedida de ampla pesquisa de mercado, com a adoção da metodologia prevista neste RILC.

Parágrafo único. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a previsão de recursos orçamentários, que somente será exigida para a formalização do contrato.

Art. 115. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

Parágrafo único. A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor nem a ordem classificatória.

Art. 116. Serão registrados na ata os preços, quantitativos e condições de fornecimento ou prestação de serviço do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva.

I – Poderá ser incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, serviços ou obras com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, bem como dos licitantes que mantiverem suas propostas originais;

II – O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no sítio eletrônico da DESO e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e

III – A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada por ocasião das contratações.

§ 1º. O registro a que se refere o inciso I do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata;

§ 2º. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso I do caput, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

§ 3º. A habilitação dos fornecedores que integram o cadastro de reserva a que se refere o inciso I do caput, será realizada por ocasião da respectiva contratação.

§ 4º. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, ficando permitido apenas nos contratos dela decorrentes.

§ 5º. Em decorrência de fatos supervenientes à licitação para registro de preços, a ata e as contratações dela decorrentes, poderão sofrer alterações qualitativas.

§ 6º. As contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser formalizadas no curso de vigência da ata.

Art. 117. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório.

§ 1º. Caso não tenha sido realizado o cadastro de reserva, quando o vencedor da licitação não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, a DESO deverá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado ou, na impossibilidade, revogar o certame.

§ 2º. A recusa injustificada do vencedor da licitação em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida e ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas neste RILC.

Art. 118. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pela DESO por intermédio de contrato, ordem de fornecimento ou ordem de serviço, em atenção às disposições previstas na Lei nº 13.303/2016 e neste RILC.

Art. 119. Havendo um fato superveniente à celebração da ata de registro de preços, devidamente justificado pela autoridade máxima, a DESO não está obrigada a contratar com o fornecedor registrado, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

Parágrafo único. Na hipótese de licitação específica, ficará assegurada ao beneficiário do registro a preferência na contratação, desde que atenda as mesmas condições, com preços iguais ou inferiores do licitante vencedor.

Art. 120. Os preços registrados poderão ser revisados em decorrência de eventual redução dos praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas neste RILC.

Art. 121. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- I – Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II – Não assinar o termo de contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela DESO, sem justificativa aceitável;
- III – Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- IV – Sofrer sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento para contratar com a DESO.

Parágrafo único. O cancelamento do registro nas hipóteses acima previstas será formalizado pelo Diretor-Presidente da DESO, assegurado, de forma prévia, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 122. O cancelamento do registro poderá ocorrer por ato unilateral da DESO ou a pedido do fornecedor, tendo como fundamento fato superveniente, decorrente de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

Art. 123. Desde que previamente admitido no instrumento convocatório da licitação e a critério da DESO, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, que não tenham participado do processo licitatório para a formação da ata de registro de preços, poderão firmar contratos por adesão a essa ata durante a sua vigência.

§ 1º. As empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços na forma deste artigo, deverão consultar a DESO para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas no instrumento convocatório e neste RILC, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com a DESO.

§ 3º. As contratações por adesão a que se refere este artigo não poderão exceder, por empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços da DESO.

§ 4º. O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a DESO, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 5º. Após a autorização da DESO, a empresa pública, a sociedade de economia mista ou a sua subsidiária que não participou do registro de preços, deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da ata.

§ 6º. Compete a empresa pública, a sociedade de economia mista ou a sua subsidiária que não participou do registro de preços, praticar os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências a DESO.

Capítulo III – Da Contratação Direta Sem Licitação

Da Dispensa de Licitação

Art. 124. É dispensável a realização de licitação pela DESO:

I – Para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

II – Para outros serviços e compras de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;

III – Quando não acudirem interessados à licitação anterior e essa, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a DESO desde que mantidas as condições preestabelecidas;

IV – Quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

V – Para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento de suas finalidades precípuas, quando as necessidades de instalação e localização condicionarem a escolha

do imóvel, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

VI – Na contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições do contrato encerrado por rescisão ou distrato, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;

VII – Na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;

VIII – Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

IX – Na contratação de associação de pessoas com deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão de obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

X – Na contratação de concessionário, permissionário ou autorizado para fornecimento ou suprimento de energia elétrica ou gás natural e de outras prestadoras de serviço público, segundo as normas da legislação específica, desde que o objeto do contrato tenha pertinência com o serviço público;

XI – Nas contratações com outras empresas públicas ou sociedades de economia mista e suas respectivas subsidiárias, para aquisição ou alienação de bens e prestação ou obtenção de serviços, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados no mercado e que o objeto do contrato tenha relação com a atividade da contratada prevista em seu estatuto social;

XII – Na contratação de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda que tenham como ocupação econômica a coleta de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;

XIII – Para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pelo dirigente máximo da DESO;

XIV – Nas contratações visando ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 4º, 5º e 20 da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observados os princípios gerais de contratação dela constantes;

XV – Em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras,

serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos, observado o disposto no § 2º;

XVI – Na transferência de bens a órgãos e entidades da administração pública, inclusive quando efetivada mediante permuta;

XVII – Na doação de bens móveis para fins e usos de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica relativamente à escolha de outra forma de alienação;

XVIII – Na compra e venda de ações, de títulos de crédito e de dívida e de bens que produzam ou comercializem.

§ 1º. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do inciso VI do caput, a DESO poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos do instrumento convocatório.

§ 2º. A contratação direta com base no inciso XV do caput não dispensará a responsabilização de quem, por ação ou omissão, tenha dado causa ao motivo ali descrito, inclusive no tocante ao disposto na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

§ 3º. A Formação e Instrução dos processos de Contratações Diretas deverão seguir as disposições estabelecidas na Lei nº 13.303/2016 e neste RILC.

§ 4º. O valor limite para contratações diretas estabelecido no inciso I do caput será reajustado anualmente, com base na variação do INCC – Índice Nacional de Custo da Construção, contados da publicação da Lei nº 13.303/2016, ou seja, 30 de junho de 2016, valores estes que serão divulgados no sítio da internet da DESO e consolidados através de Resolução específica aprovada pelo Conselho de Administração.

§ 5º. O valor limite para contratações diretas estabelecido no inciso II do caput será reajustado anualmente, com base na variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, contados da publicação da Lei nº 13.303/2016, ou seja, 30 de junho de 2016, valores estes que serão divulgados no sítio da internet da DESO e consolidados através de Resolução específica aprovada pelo Conselho de Administração.

§ 6º. Não é de competência do setor jurídico da DESO o juízo de valor sobre a caracterização de situação de emergência, sendo tal incumbência de competência exclusiva e privativa da unidade demandante, que deverá fundamentar tecnicamente a ocorrência dos pressupostos fáticos que ensejam a contratação emergencial.

Art. 125. Nas hipóteses de contratação direta por situação de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos ou outros bens, e quando demonstrada a impossibilidade de conclusão prévia do processo administrativo de contratação, poderá ser

autorizado, de forma excepcional, o início imediato da execução do objeto antes da formalização do instrumento contratual.

§ 1º. A autorização para início imediato da execução deverá ser formalizada por despacho da autoridade competente, devidamente motivado, contendo no mínimo:

- I – a caracterização da situação emergencial;
- II – a justificativa da escolha do fornecedor ou executante;
- III – a estimativa preliminar do valor da contratação;
- IV – a delimitação do objeto estritamente necessário ao enfrentamento da situação emergencial.

§ 2º. O processo administrativo correspondente deverá ser imediatamente autuado e instruído com os documentos necessários à caracterização da dispensa de licitação e à formalização da contratação.

§ 3º. O instrumento contratual ou documento equivalente deverá ser formalizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da autorização para início da execução.

§ 4º. A execução autorizada nos termos deste artigo deverá limitar-se às medidas estritamente indispensáveis para o enfrentamento da situação emergencial.

§ 5º. A autorização para início da execução não dispensa a posterior ratificação da contratação pela autoridade competente, nem a completa instrução do processo administrativo, conforme estabelecido no art. 124 do presente Regulamento.

§ 6º. A adoção do procedimento previsto neste artigo possui caráter excepcional e implica responsabilidade funcional dos agentes que demandarem e autorizarem o início da execução antes da formalização do processo administrativo, devendo ser demonstrada a efetiva caracterização da situação emergencial e a impossibilidade de observância prévia do rito ordinário de contratação.

§ 7º. As contratações realizadas com fundamento neste artigo deverão ser comunicadas à Auditoria Interna para fins de registro e eventual verificação posterior da regularidade do procedimento.

Da Inexigibilidade de Licitação

Art. 126. A contratação direta pela DESO será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:

- I – Aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo;
- II – Contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

- a) Estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;
- b) Pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) Assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d) Fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e) Patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- f) Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- g) Restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

III – Previsibilidade de contratação de todos os interessados que atendam aos critérios de habilitação, por meio de credenciamento, considerando a necessidade da demanda de serviços.

§ 1º. Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º. Na hipótese do caput e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado o sobrepreço ou superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado quem houver decidido pela contratação direta e o fornecedor ou o prestador de serviços.

§ 3º. A inexigibilidade de licitação somente será admitida quando demonstrada, de forma expressa e motivada no processo administrativo, a inviabilidade de competição, decorrente da singularidade do objeto e da notória especialização do profissional ou empresa a ser contratada.

§ 4º. Considera-se singular o objeto cuja natureza, complexidade, especialização técnica ou caráter predominantemente intelectual exija solução específica e diferenciada, que não possa ser satisfatoriamente atendida por profissionais ou empresas disponíveis no mercado de forma ampla ou padronizada.

§ 5º. A notória especialização deverá ser demonstrada por meio de elementos objetivos que evidenciem que o profissional ou empresa possui reputação, experiência, produção técnica ou reconhecimento público que o destaque no campo de atuação relacionado ao objeto da contratação.

§ 6º. Não será admitida a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos de natureza comum, rotineira ou padronizada, ainda que executados por profissionais ou empresas de reconhecida experiência.

§ 7º. A justificativa da contratação deverá demonstrar, cumulativamente:

- I – a singularidade do objeto;
- II – a notória especialização do contratado;
- III – a inviabilidade de competição no caso concreto;
- IV – a adequação da escolha do contratado às necessidades da DESO.

Do Credenciamento

Art. 127. Credenciamento é procedimento administrativo precedido de chamamento público, instaurado por edital, destinado à contratação de serviços junto a particulares que satisfaçam os requisitos definidos pela DESO.

Parágrafo único. A DESO poderá adotar o Credenciamento para situações em que, justificadamente, as suas necessidades só restem plena e satisfatoriamente atendidas com a contratação do maior número possível de particulares e que o mesmo objeto contratado possa ser executado simultaneamente por diversas pessoas.

Art. 128. O processo de credenciamento, uma vez autorizado, deve ser instaurado e processado mediante a elaboração de edital contendo os seguintes requisitos:

- I – Explicitação do objeto a ser contratado;
- II – Fixação de critérios e exigências mínimas à participação dos interessados;
- III – Possibilidade de credenciamento no prazo estipulado no edital de chamamento público;
- IV – Manutenção de tabela de preços dos diversos serviços a serem prestados, dos critérios de reajustamento e das condições e prazos para o pagamento dos serviços;
- V – Alternatividade entre todos os credenciados, sempre excluída a vontade da DESO na determinação da demanda por credenciado;
- VI – Vedação expressa de pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada;
- VII – Estabelecimento das hipóteses de descredenciamento, assegurados, previamente, o contraditório e a ampla defesa;
- VIII – Possibilidade de rescisão do contrato pelo credenciado, a qualquer tempo, mediante notificação à DESO com a antecedência fixada no termo;

§ 1º. A convocação dos interessados deverá ser feita mediante publicidade em uma das formas estabelecidas no art. 54 deste RILC

§ 2º. O pagamento dos credenciados será realizado de acordo com a demanda, tendo por base o valor definido pela DESO, sendo possível a utilização de tabelas de referência.

Da Formalização da Dispensa e da Inexigibilidade

Art. 129. O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I – Numeração sequencial da dispensa ou inexigibilidade;

- II – Caracterização do objeto e da justificativa de fato ou de direito que autorizou o afastamento da licitação;
- III – Autorização do ordenador de despesa;
- IV – Indicação do dispositivo do RILC aplicável;
- V – Indicação dos recursos orçamentários para a despesa;
- VI – Razões da escolha do contratado;
- VII – Proposta, justificativa do preço e, conforme o caso, a apresentação de orçamentos, de consultas aos preços de mercado, cópias de notas fiscais ou cópias de contratos;
- VIII – Consulta prévia ao respectivo cadastro, das empresas que estejam cumprindo penas de suspensão ou impedimento de licitar ou contratar com a DESO;
- IX – Parecer técnico, precedido de parecer jurídico de natureza não vinculante, conforme o caso, emitidos sobre a dispensa ou inexigibilidade, não sendo exigido para as dispensas de valor do art.124, incisos I e II;
- X – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de débitos ou Positiva com efeito negativo de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- XI – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- XII – Prova da regularidade com a Fazenda Pública do Estado de Sergipe, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeito negativo de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual.
- XIII – Prova da regularidade com a Fazenda Pública do Município relativo ao domicílio ou sede da Licitante, mediante a apresentação da Certidão Negativa de débitos ou Positiva com efeito negativo de Débitos com o Município (ISSQN);
- XIV – Prova da regularidade com a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em conformidade com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeito negativo de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- XV – Os casos de dispensa, exceto por valor, e de inexigibilidade de licitação devem ser comunicados ao ordenador de despesas, para ratificação e publicação na Imprensa Oficial, como condição para eficácia dos atos.

§ 1º. Não é de competência do setor jurídico da DESO o juízo de valor sobre a caracterização do objeto e/ou da justificativa de fato ou de direito que autoriza o afastamento da licitação, sendo tal incumbência de competência exclusiva e privativa da unidade demandante.

§ 2º. Compete às Assessorias Técnicas e à Assessoria Técnica Especial da Presidência atestar o atendimento de todas as condicionantes elencadas nos pareceres jurídicos, previamente à celebração de contratos, termos aditivos e demais instrumentos de formalização de contratações.

Capítulo IV – Dos Contratos

Da Formalização das Contratações

Art. 130. Os contratos de que trata este RILC serão regidos por suas respectivas cláusulas e pelos preceitos de direito privado.

Art. 131. Convocado para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, o interessado deverá observar os prazos e condições estabelecidos, sob pena da aplicação das sanções previstas neste RILC.

Art. 132. Na hipótese de o convocado se recusar a assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos, a DESO deverá instaurar processo administrativo punitivo e convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o instrumento convocatório.

Parágrafo único. Na impossibilidade de se aplicar o disposto no caput deste artigo a DESO deverá revogar a licitação.

Art. 133. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Parágrafo único. A nulidade não exonera a DESO do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

Art. 134. Os contratos e aditivos deverão ser formalizados por escrito.

Art. 135. A formalização da contratação será feita por meio de:

I – Celebração de contrato, obrigatório nos casos precedidos de licitação ou contratação direta em que:

- a) Exista obrigação futura para o contratado, não garantida por assistência técnica ou certificado de garantia;
- b) O objeto seja manutenção de equipamentos, bens ou instalações da DESO;

II – Emissão de Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumentos equivalentes;

§ 1º. Nas hipóteses do inciso II do caput deste artigo, a DESO deverá:

- a) Fazer constar da solicitação da proposta ou do termo de referência as demais obrigações necessárias para fins de contratação;
- b) Exigir do contratado o cumprimento das referidas obrigações estabelecidas.
- c) Na formalização da contratação, considerar o valor da aquisição ou do serviço, limitado ao estipulado no art.124, inciso I.

§ 2º. Na formalização dos contratos e respectivos aditivos, deverá ser expedida concomitantemente a respectiva Dotação Orçamentária.

§ 3º. Na formalização dos contratos decorrentes de licitação de obras e serviços, que pressupõem a necessidade de emissão de Ordem de Serviço, a mesma também deverá ser expedida com vistas a possibilitar o início de sua efetiva execução.

§ 4º. É dispensável a celebração do contrato e a emissão de Ordem de Fornecimento nas Contratações pelo Fundo Rotativo, remanescendo a exigência de parecer do solicitante e autorização do Gerente da Área ou Unidade.

§ 5º. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a DESO, salvo as Contratações em Caráter Excepcional.

§ 6º. No que tange as Contratações em Caráter Excepcional, além dos demais requisitos a ela inerentes, ficam as mesmas limitadas ao valor de 1% (hum por cento) do valor estabelecido no inc. II, do art. 124, deste RILC.

§ 7º. O limite estabelecido no § 6º, não se aplica para o pagamento de taxas e tarifas, inclusive pedágios, bem como para custas cartoriais que dada as características não admitem limitação.

Art. 136. Será formalizado através de Termo Aditivo dos Contratos na hipótese de:

- a) Alteração de prazo;
- b) Alteração de preço, excetuando-se os reajustes, atualizações, compensações ou penalizações financeiras, decorrentes de condições de pagamento previstas no contrato, que poderão ser efetivados por apostilamento; ou
- c) Supressão ou acréscimo de objeto ou valor, nos casos permitidos em Lei.

Art. 137. O contrato é o meio no qual se materializa a vontade das partes e deve estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

Parágrafo único. Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.

Art. 138. A DESO não poderá celebrar contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao processo licitatório, sob pena de nulidade.

Art. 139. A DESO poderá contratar serviço técnico especializado prevendo a cessão da titularidade da propriedade intelectual, justificando nos casos em que isso não ocorrer.

Parágrafo único. Quando a contratação for relativa a serviço de natureza intelectual a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os elementos e informações necessárias à plena utilização e manutenção pela DESO, nos termos fixados no instrumento convocatório.

Art. 140. A Unidade responsável pela contratação deverá manter em arquivo próprio o respectivo instrumento utilizado para a formalização contratual, bem como o processo licitatório ou de contratação direta, pelo prazo de 01 (um) ano contado da extinção do contrato.

Da Publicidade das Contratações

Art. 141. O extrato dos termos contratuais e de seus correspondentes aditamentos devem ser publicados no Diário Oficial do Estado de Sergipe e em sítio eletrônico da DESO.

Parágrafo único. A publicidade a que se refere o caput deste artigo poderá ser realizada mensalmente, de forma conjunta, reunindo todas as contratações celebradas no período.

Art. 142. É permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e a obtenção de cópia de seu inteiro teor ou de qualquer de suas partes, admitida a exigência de ressarcimento dos custos, nos termos previstos na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Das Cláusulas Contratuais

Art. 143. São cláusulas necessárias em todo instrumento contratual e, no que couber, em instrumento equivalente que o substitua, as que estabeleçam:

- I – Os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação ou da contratação direta;
- II – O objeto e seus elementos característicos;
- III – O regime de execução ou a forma de fornecimento;
- IV – O preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- V – Os prazos para início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- VI – As garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- VII – Os direitos e as responsabilidades das partes, as tipificações das infrações e as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- VIII – Que constitui falta grave o não pagamento de salário, de vale-transporte e de auxílio-alimentação dos empregados na data fixada, o que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;
- IX – As hipóteses de rescisão;
- X – Hipóteses e mecanismos de alterações contratuais;
- XI – O reconhecimento dos direitos da DESO, em caso de rescisão por inexecução total ou parcial do contrato;
- XII – As condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XIII – A vinculação ao instrumento convocatório da licitação ou ao termo de dispensa ou de inexigibilidade, e à proposta do licitante vencedor;
- XIV – A legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
- XV – A obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XVI – A matriz de risco, quando for o caso.

§ 1º. A cláusula de matriz de riscos e alocação das responsabilidades é obrigatória nos seguintes casos:

- I – Contratação integrada;
- II – Contratação semi-integrada;
- III – Contratações de grande vulto;
- IV – Contratos que envolvam alocação específica de riscos entre as partes; -
- V – Contratos de eficiência que remunerem o contratado com base em percentual de economia gerada.

§ 2º. Para os demais regimes de execução, a matriz de riscos será facultativa, recomendando-se sua utilização sempre que houver viabilidade de definição dos riscos envolvidos no contrato.

§ 3º. Para eventos supervenientes alocados na matriz de risco como de responsabilidade da contratada, é vedada a celebração de aditivos que alterem essa condição.

§ 4º. Nos contratos deverá constar cláusula que declare competente o foro da sede da DESO para dirimir quaisquer questões deles decorrentes, sejam elas com pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas ou não no Brasil, salvo em situações devidamente justificadas pela autoridade competente pela contratação.

§ 5º. Os contratos de que trata este RILC, poderão conter cláusula para solução amigável de controvérsias, incluindo a mediação e a arbitragem.

§ 6º. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, a DESO poderá prever a utilização de Comitê de Resolução de Disputas (CRD), composto por 1 (um) ou 3 (três) profissionais de reconhecida capacidade técnica, para:

I – Acompanhar a execução do contrato desde o seu início;

II – Prevenir controvérsias durante a execução contratual;

III – Auxiliar as partes na resolução consensual de disputas;

IV – Emitir decisões, de caráter vinculante ou não, sobre as disputas que lhe forem submetidas.

§ 7º. O regulamento do CRD, as regras de funcionamento e a definição do caráter vinculante ou não de suas decisões serão estabelecidos no instrumento convocatório ou em regulamento específico aprovado pela DESO.

§ 8º. Nos termos do instrumento contratual ou de seus aditivos, poderá ser estabelecida declaração de quitação financeira referente a determinado período contratual, pela qual o contratado reconhece a inexistência de créditos ou pleitos pendentes até a data da celebração do ajuste, ressalvados fatos supervenientes.

Art. 144. A critério da área solicitante, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia.

§ 1º. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I – Caução em dinheiro;

II – Seguro-garantia;

III – Fiança bancária.

§ 2º. A garantia a que se refere o caput não excederá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e será atualizada, nas mesmas condições, na hipótese de modificação do contrato originalmente pactuado.

§ 3º. Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo complexidade técnica e riscos financeiros elevados, a critério da DESO, o limite de garantia previsto no § 2º poderá ser elevado para até 10% (dez por cento) do valor do contrato.

§ 4º. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução e recebimento definitivo do objeto contratual e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente com base na variação do índice da caderneta de poupança.

§ 5º. Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela DESO, dos quais o contratado ficará depositário, à garantia deverá ser acrescida o valor destes bens.

§ 6º. O não recolhimento, pelo contratado, da garantia de execução do contrato no prazo estabelecido no instrumento convocatório caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções correspondentes.

§ 7º. Nas contratações de prestação de serviços terceirizados, o instrumento de garantia oferecido pela contratada deverá, obrigatoriamente, garantir à DESO, até o limite máximo de indenização, o reembolso dos prejuízos comprovadamente sofridos em relação às obrigações de natureza trabalhista e previdenciária de responsabilidade do tomador, oriundas do contrato principal, nas quais a DESO venha arcar com os pagamentos dessas verbas em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, ainda, nas hipóteses de acordo entre as partes com prévia anuência do terceiro garantidor e consequente homologação do Poder Judiciário.

§ 8º. A Contratada deverá apresentar à DESO a garantia de execução contratual, no prazo de até 20 (vinte) dias após a emissão da ordem de serviço ou ordem de fornecimento, sob pena de aplicação de multa.

§ 9º. O atraso para a apresentação da garantia a que se refere o parágrafo anterior, autoriza a DESO a buscar a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas com ressarcimento de perdas e danos.

§ 10. Nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto, a DESO poderá exigir a prestação de garantia na modalidade seguro-garantia, com cláusula de retomada (step-in), em percentual equivalente a até 30% (trinta por cento) do valor inicial do contrato.

§ 11. Na hipótese prevista no § 10, a seguradora poderá, em caso de inadimplemento pelo contratado:

- I – Assumir a execução e concluir o objeto do contrato, por si ou por meio de terceiro;
- II – Arcar com os prejuízos decorrentes do inadimplemento, dentro do limite segurado.

§ 12. A cláusula de retomada deverá prever:

- I – A obrigação de a seguradora pagar os prejuízos caso não assuma a execução do contrato;
- II – O prazo para a seguradora manifestar seu interesse em assumir a execução;
- III – As condições de acompanhamento preventivo da obra pela seguradora.

Do Programa de Integridade

Art. 145. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, a DESO exigirá do contratado a implantação ou aprimoramento de programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato.

§ 1º. O programa de integridade consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes, devendo conter, no mínimo:

- I – Comprometimento da alta direção da pessoa jurídica;
- II – Padrões de conduta, código de ética e políticas de integridade;
- III – Treinamentos periódicos sobre o programa de integridade;
- IV – Análise periódica de riscos;
- V – Registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica;
- VI – Controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras;
- VII – Procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos;
- VIII – Independência, estrutura e autoridade da instância responsável pelo programa;
- IX – Canais de denúncia;
- X – Medidas disciplinares em caso de violação do programa;
- XI – Procedimentos de verificação de terceiros;
- XII – Monitoramento contínuo do programa.

§ 2º. O descumprimento da obrigação de implantar o programa de integridade no prazo estabelecido configura inadimplemento contratual, sujeitando o contratado às sanções previstas neste RILC.

Da Duração dos Contratos

Art. 146. A duração dos contratos não excederá a 05 (cinco) anos, contados a partir da data da vigência, nos termos da Lei nº 13.303/2016.

Parágrafo único. É vedada a celebração de contrato por prazo indeterminado, exceto nos casos em que a DESO seja usuária de serviços públicos essenciais.

Art. 147. A vigência dos contratos será fixada no instrumento convocatório e na respectiva avença ou instrumento equivalente.

Parágrafo único. Os contratos por escopo terão as suas vigências compatíveis com a conclusão dos objetos.

Art. 148. Os contratos em que a DESO não incorra em qualquer espécie de despesa terão os prazos de vigência fixados por ato da autoridade competente, mediante decisão fundamentada, não se vinculando à duração máxima a que dispõe o art.146.

Da Prorrogação de Prazos

Art. 149. Os prazos dos contratos poderão ser prorrogados ordinariamente, desde que observado o art. 146 e os seguintes requisitos:

- I – Haja interesse da DESO;
- II – Exista previsão no instrumento convocatório e no contrato;
- III – Seja demonstrada a vantajosidade na manutenção do ajuste;
- IV – Exista recurso orçamentário para atender a prorrogação;
- V – As obrigações da contratada tenham sido regularmente cumpridas;
- VI – A contratada manifeste expressamente a sua anuência na prorrogação;
- VII – A manutenção das condições de habilitação da contratada;
- VIII – A inexistência de sanções restritivas da atividade licitatória e contratual aplicadas pela DESO em fase de cumprimento;
- IX – Seja promovida/requerida na vigência do contrato e formalizada por meio de termo aditivo;
- X – Haja autorização da autoridade competente.

Art. 150. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogações extraordinárias, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

- I – Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela DESO;
- II – Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III – Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da DESO;

IV – Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato;

V – Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela DESO em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI – Omissão ou atraso de providências a cargo da DESO, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§ 1º. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o prazo ou cronograma de execução poderá ser prorrogado por período necessário a execução total do objeto.

§ 2º. Uma vez prorrogados os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega na forma deste artigo, o prazo de vigência contratual será prorrogado na mesma medida.

Art. 151. Nas hipóteses em que não se verificar nenhuma das condições previstas no artigo anterior e o atraso no cumprimento do cronograma decorrer de culpa da contratada, os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega e de vigência contratual serão prorrogados, a critério da DESO, aplicando-se à contratada, neste caso, as sanções previstas no instrumento convocatório e contratual e sem operar qualquer recomposição de preços.

Da Alteração dos Contratos

Art. 152. Os contratos regidos por este RILC poderão ser alterados qualitativamente e quantitativamente, por acordo das partes e mediante prévia justificativa da autoridade competente, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar.

§ 1º. A alteração qualitativa do objeto poderá ocorrer quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos objetivos da DESO.

§ 2º. A alteração quantitativa poderá ocorrer, nas mesmas condições contratuais, quando forem necessários acréscimos ou supressões do objeto até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§ 3º. Na hipótese de reforma de imóvel ou de equipamento, os acréscimos ou supressões poderão ser de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§ 4º. Na hipótese de alterações contratuais para fins de fixação de preços dos insumos e serviços a serem acrescidos no contrato, deverá ser mantido o mesmo percentual de desconto oferecido pelo contratado na licitação ou no processo de contratação direta.

§ 5º. Se no contrato não foram contemplados preços unitários para obras, serviços ou bens, estes serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos nos § 2º e 3º deste artigo.

Art. 153. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no art. 152 deste RILC, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes, desde que não ocasione a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos.

Art. 154. O contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da DESO para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do ajuste, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado, ou ainda, na hipótese de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Parágrafo único. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

Art. 155. A garantia de execução contratual poderá ser alterada quando conveniente a sua substituição a pedido da contratada e desde que aceita pela DESO, com ônus com as despesas de publicação pela contratada.

Art. 156. A forma de pagamento poderá ser alterada por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obras ou serviços.

Art. 157. Na hipótese de supressão de obras, serviços ou bens, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local da execução, estes devem ser ressarcidos pela DESO pelos custos de aquisição regularmente comprovados, acrescidos dos custos de carga, transporte e descarga para área indicada pela DESO.

Art. 158. As alterações de trata este RILC deverão ser formalizadas por meio de termos aditivos, exceto as que digam respeito à variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e às atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, que poderão ser registradas por simples apostilamento.

Do Reajuste ou Reajustamento dos Contratos

Art. 159. O reajuste de preços previsto no contrato para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, deverá ser solicitado pelo Contratado, observada a data-base definida no edital e no instrumento contratual, sob pena de preclusão do período não pleiteado.

§ 1º. Caso a contratada não tenha interesse em cobrar o reajuste das parcelas vincendas do contrato, tal situação deverá ser formalmente registrada através de apostilamento no contrato.

§ 2º. Para fins de contagem do interregno mínimo necessário à concessão do reajuste, será observado o marco inicial definido no edital e no contrato, nos termos do art. 143, inciso IV, e das demais disposições deste Regulamento.

Art. 160. O reajustamento dos preços contratuais previsto neste RILC deverá retratar a variação efetiva dos insumos, da mão de obra ou dos custos de produção, podendo a DESO, conforme o caso, adotar índices gerais ou específicos, fórmulas paramétricas.

Art. 161. O reajustamento de preços em sentido estrito é o mecanismo que visa compensar os efeitos da variação inflacionária, devendo retratar a efetiva alteração dos custos de produção a fim de manter as condições efetivas da proposta.

§ 1º. O edital ou o contrato de serviço continuado e sem dedicação exclusiva de mão de obra deverá indicar o critério de reajustamento de preços, sob a forma de reajuste em sentido estrito, com a adoção de índices específicos ou setoriais.

§ 2º. Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º. O marco inicial para a concessão do reajustamento de preços em contrato de serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra é a data limite para a apresentação da proposta ou do orçamento.

§ 4º. O registro do reajustamento de preço em sentido estrito deve ser formalizado por simples apostila.

Da Repactuação dos Contratos

Art. 162. A repactuação de contrato é uma forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato que deve ser utilizada para serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no instrumento convocatório com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo ou à convenção coletiva ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

Art. 163. Será admitida a repactuação do contrato dos serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra, contratados com prazo de vigência igual ou superior a 12 (doze) meses, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.

Parágrafo único. A repactuação do contrato deve estar prevista no edital.

Art. 164. O interregno mínimo de 12 (doze) meses para a primeira repactuação do contrato será contado a partir da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, para os custos decorrentes de mão de obra, e da data limite para a apresentação da proposta em relação aos demais insumos.

Parágrafo único. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

Art. 165. Em caso de repactuação de contrato subsequente à primeira, correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação, o prazo de 12 (doze) meses terá como data base a data em que se iniciaram os efeitos financeiros da repactuação de contrato anterior realizada, independentemente daquela em que aditada ou apostilada.

Art. 166. As repactuações de contrato serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação do contrato.

§ 1º. A repactuação do contrato deverá ser pleiteada pela contratada até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de ocorrer preclusão do exercício do direito.

§ 2º. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação do contrato, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

§ 3º. Quando da solicitação da repactuação do contrato, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

- I – Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- II – As particularidades do contrato em vigência;
- III – O novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- IV – A nova planilha com a variação dos custos apresentada; e
- V – Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

§ 4º. A decisão sobre o pedido de repactuação do contrato deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

§ 5º. O prazo referido no parágrafo anterior ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos.

§ 6º. A DESO poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

Art. 167. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

I – A partir da assinatura do aditivo;

II – Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das repactuações futuras; ou

III – Em data anterior à repactuação do contrato, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

§ 1º. No caso previsto no inciso III, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

§ 2º. A DESO deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

Da Revisão de Contratos ou Reequilíbrio Econômico-Financeiro em Sentido Estrito

Art. 168. Revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro em sentido estrito é decorrência da teoria da imprevisão, tendo lugar quando a interferência causadora do desequilíbrio econômico-financeiro, consistir em um fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário.

Parágrafo único. A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro em sentido estrito pode ser concedido a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que verificadas os seguintes requisitos:

I – O evento seja futuro e incerto;

II – O evento ocorra após a apresentação da proposta;

III – O evento não ocorra por culpa da contratada;

IV – A possibilidade da revisão contratual seja aventada pela contratada ou pela contratante;

V – A modificação seja substancial nas condições contratadas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da contratada e a retribuição do contratante;

VI – Haja nexa causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da contratada;

VII – Seja demonstrado nos autos a quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente pactuadas.

Da Execução dos Contratos

Art. 169. O contrato deve ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas deste RILC, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Art. 170. A execução dos contratos poderá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:

I – Os resultados alcançados, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade e quantidade demandada;

II – Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

III – A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

IV – A adequação do objeto prestados à rotina de execução estabelecida;

V – O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

VI – A satisfação do usuário.

§ 1º. A conformidade dos materiais a serem utilizados na execução do objeto deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação de tais insumos, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como, marca, modelo, descrição do produto e forma de uso.

§ 2º. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pelo contratado, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, ensejará a aplicação das sanções cabíveis, podendo culminar com a rescisão contratual.

Art. 171. O contratado é obrigado a:

- I – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- II – Responder pelos danos causados diretamente à DESO ou a terceiros, independentemente de comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

Art. 172. O contratado é o responsável único pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

§ 1º. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos estabelecidos neste artigo, não transfere à DESO a responsabilidade por seu pagamento, nem pode onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de imóveis;

§ 2º. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o gestor do contrato deverá comunicar ao Diretor da Área visando oficial ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil - RFB comunicando tal fato.

§ 3º. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o gestor do contrato deverá comunicar ao Diretor da Área visando oficial ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 173. O contratado deverá ressarcir eventuais prejuízos sofridos pela DESO em virtude do seu inadimplemento em relação ao cumprimento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, incluindo-se nesse dever custas judiciais, honorários advocatícios entre outros regularmente suportados pela DESO.

Art. 174. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a perda das condições de habilitação da contratada, poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste RILC.

§ 1º. A DESO poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual.

§ 2º. Deverá constar dos instrumentos convocatório e contratual previsão autorizando a DESO a promover a retenção preventiva de créditos devidos ao contratado em função da execução do contrato, quando assim se fizer necessário, para evitar prejuízo decorrente do inadimplemento do contratado de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Art. 175. Quando da rescisão contratual, o gestor do contrato deverá verificar o pagamento pela contratada das verbas rescisórias.

Art. 176. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes do objeto, até o limite admitido, em cada caso, que deverá ser previsto no respectivo instrumento convocatório e contratual.

§ 1º. A empresa subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as exigências de qualificação técnica impostas ao licitante vencedor.

§ 2º. É vedada a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado:

I – Do processo licitatório do qual se originou a contratação;

II – Direta ou indiretamente, da elaboração de projeto básico ou executivo.

§ 3º. As empresas de prestação de serviços técnicos especializados deverão garantir que os integrantes de seu corpo técnico executem pessoal e diretamente as obrigações a eles imputadas, quando a respectiva relação for apresentada em processo licitatório ou em contratação direta.

Art. 177. Executado o contrato, o seu objeto deverá ser recebido:

I – Em se tratando de obras e serviços:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado; ou

b) Definitivamente, pelo Gestor do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado do recebimento provisório.

II – Em se tratando de compras ou de locação de equipamentos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade do material com a proposta e consequente aceitação.

§ 1º. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e pelo contrato.

§ 2º. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização do Diretor da Área.

§ 3º. Na hipótese de rescisão do contrato, caberá ao responsável pela fiscalização atestar as parcelas adequadamente concluídas, recebendo provisória ou definitivamente, conforme o caso.

Art. 178. Salvo disposições em contrário, constantes do instrumento convocatório, os custos relativos a ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato, correrão por conta do contratado.

Art. 179. A DESO deverá rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

Da Gestão e Fiscalização dos Contratos

Art. 180. A gestão e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade da sua escoreta execução e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do pactuado, devendo ser exercido pelo gestor do contrato designado pela DESO, que poderá ser auxiliado pelo fiscal do contrato, cabendo ao responsável legal ou preposto da Contratada o acompanhamento dessas atividades.

§ 1º. Em razão da especificidade do contrato, quando envolver complexidade e mais de uma especialidade, ou por questões de conveniência da DESO, a fiscalização da execução contratual poderá ser realizada por meio de um grupo ou comissão de profissionais da Companhia, designados previamente pelo Diretor da Área demandante. A critério da DESO, a fiscalização ou acompanhamento técnico da obra poderá se realizar por empresa contratada para este fim ou por meio de convênio ou parcerias com outros órgãos ou instituições.

§ 2º. A Contratada deverá designar e indicar seu representante legal ou seu preposto, que a representará e se responsabilizará por todos os aspectos técnicos e legais, devendo efetuar o acompanhamento contínuo e periódico da execução do contrato.

§ 3º. As partes deverão adotar procedimentos e métodos de gestão que além de atender o presente RILC, assegurem o cumprimento dos requisitos preconizados na Licitação, Contrato, Termo de Referência, Projetos e Especificações - sempre de acordo com as normas e legislação pertinentes.

Art. 181. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos Gestores e/ou Fiscais deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas necessárias e convenientes.

Art. 182. É competência do Gestor ou fiscal da DESO, dentre outras:

- I – Provocar a instauração de processo administrativo com o objetivo de apurar responsabilidade ou prejuízo resultante de erro ou vício na execução do contrato ou de promover alteração contratual, especialmente no caso de solução adotada em projeto inadequado, desatualizado tecnologicamente ou inapropriado ao local específico;
- II – Identificar a necessidade de modificar ou adequar a forma de execução do objeto contratado; e

III – Atestar a plena execução do objeto contratado.

Art. 183. É dever do representante ou preposto da Contratada:

- I – Zelar pela manutenção, durante todo o período de execução do contrato, das condições estabelecidas no Instrumento Convocatório e das Normas Regulamentadoras e Legislação correlata do Meio Ambiente e Segurança e Medicina de Trabalho, como também da regularidade fiscal e obrigações trabalhistas;
- II – Zelar pela execução ou fornecimento do objeto contratual em conformidade com as normas técnicas vigentes e manuais da DESO;
- III – Zelar pela plena, total e perfeita execução do objeto contratado.

Do Pagamento

Art. 184. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de nota fiscal ou fatura, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados, obras ou bens, observados os seguintes procedimentos:

§ 1º. A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada de comprovação da regularidade fiscal, que poderá ser comprovada por meio de consulta “on-line” ao sistema de cadastramento, ou na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

§ 2º. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá ocorrer quando o contratado:

- I – Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- II – Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

§ 3º. Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos:

- I – Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB no 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, ou outros dispositivos legais que vierem substituir ou complementar os ora indicados;
- II – Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB no 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a

Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ou outros dispositivos legais que vierem substituir ou complementar os ora indicados;

III – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital, ou outros dispositivos legais que vierem substituir ou complementar os ora indicados;

IV – Demais tributos incidentes sobre o objeto da contratação.

Art. 185. No pagamento de obrigações pecuniárias decorrentes do contrato, a DESO deverá obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes motivos devidamente justificados pela autoridade competente.

Parágrafo único. O prazo de pagamento será fixado no respectivo instrumento convocatório e contratual.

Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos

Art. 186. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

Art. 187. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I – O descumprimento de obrigações contratuais;

II – A lentidão do seu cumprimento, levando a DESO a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, serviço ou fornecimento, nos prazos estipulados;

III – O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

IV – A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à DESO;

V – A alteração da pessoa do contratado, mediante:

a) A subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da DESO, observado o presente RILC.

b) A fusão, cisão, incorporação, ou associação do contratado com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no contrato e sem prévia autorização da DESO.

VI – O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;

VII – O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

- VIII – A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- IX – A decretação de falência ou a insolvência civil do contratado;
- X – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada, desde que prejudique a execução do contrato;
- XI – Razões de interesse da DESO, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;
- XII – O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela DESO decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- XIII – A não liberação, por parte da DESO, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- XIV – A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- XV – A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;
- XVI – O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- XVII – O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- XVIII – A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013;
- XIX – Inobservância da vedação ao nepotismo.

Parágrafo único. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

Art. 188. A rescisão do contrato poderá ser:

- I – Por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;
- II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a DESO;
- III – Judicial, nos termos da legislação.

§ 1º. A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I deste artigo, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º. Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o § 1º será de 90 (noventa) dias.

§ 3º. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

- I – Devolução da garantia;
- II – Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- III – Pagamento do custo da desmobilização.

Art. 189. A rescisão por ato unilateral da DESO acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste RILC:

- I – Assunção imediata do objeto contratado, pela DESO, no estado e local em que se encontrar;
- II – Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela DESO;
- III – Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à DESO.

Das Sanções

Art. 190. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com este RILC sujeita-se às sanções aqui previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 191. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas neste RILC, garantida a prévia defesa, a DESO poderá aplicar as seguintes sanções:

- I – Advertência;
- II – Multa moratória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- III – Multa compensatória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- IV – Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a DESO, por até 02 (dois) anos;

§1º. As sanções previstas nos incisos I e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III.

§2º. Quando for adotada a modalidade Pregão, a sanção do inciso IV poderá ensejar a aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública

Estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, após regular processo administrativo, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Art. 192. São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

I – Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;

II – Apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela DESO;

III – Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;

IV – Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

V – Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;

VI – Incorrer em inexecução contratual.

VII – Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

§ 1º. As práticas passíveis de sanção podem ser definidas, dentre outras, como:

a) Corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da Companhia no processo licitatório ou na execução do contrato;

b) Fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;

c) Colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes da Companhia, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;

d) Coercitiva: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) Obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

§ 2º. As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

Art. 193. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à DESO, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

§ 1º. A aplicação da sanção do caput deste artigo importa na comunicação da advertência à contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao Cadastro de Fornecedores e no Sistema de Gerenciamento de Contratos da DESO, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada, ou não.

§ 2º. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

Art. 194. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I – Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

II – Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

III – Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

IV – No caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total do contrato;

V – Nos demais casos de atraso, o instrumento convocatório poderá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

VI – No caso de inexecução parcial, o instrumento convocatório poderá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

VII – No caso de inexecução total, o instrumento convocatório poderá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

§ 1º. Ocorrendo uma infração contratual apenada apenas com a sanção de multa a contratada deverá ser formalmente notificada para apresentar defesa previa.

§ 2º. Havendo concordância da contratada quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação, com sua formalização através de Apostilamento e comunicação ao Cadastro para fins de registro e publicação no site da DESO.

§ 3º. Não havendo concordância da contratada e a DESO acatar as razões da defesa, a deliberação final caberá a autoridade competente.

§ 4º. Não havendo concordância entre as partes, deve ser instaurado o processo administrativo a ser conduzido por comissão indicada pelo gestor do contrato.

§ 5º. O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a DESO, por até 02 (dois) anos;

Art. 195. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à DESO, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

§ 1º. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

§ 2º. O prazo da sanção a que se refere o caput deste artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Sergipe, estendendo-se os seus efeitos a todas as Unidades da DESO.

§ 3º. A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral;

§ 4º. Se a sanção de que trata o caput deste artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a DESO poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente.

§ 5º. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

Art. 196. Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a DESO às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

I – Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II – Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III – Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a DESO em virtude de atos ilícitos praticados.

IV – Tenham frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

§ 1º. As práticas passíveis de rescisão, tratadas nesse inciso, podem ser definidas, dentre outras, como:

- a) Corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da Companhia no processo licitatório ou na execução do contrato;
- b) Fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;
- c) Colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes da Companhia, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;
- d) Coercitiva: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) Obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

§ 2º. As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

Art. 197. A DESO deverá informar os dados relativos às sanções, de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar, por ela aplicada aos contratados de forma a manter atualizado o CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas de que trata a Lei nº 12.846/2013.

Do Procedimento para Aplicação de Sanções

Art. 198. As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório.

Art. 199. O processo administrativo deverá ser conduzido por uma comissão processante permanente ou especial, designada para este fim.

Art. 200. O processo administrativo deve observar as seguintes regras e etapas:

- I – O ato de instauração deve indicar os fatos em que se baseia, as normas pertinentes à infração e à sanção cabível;
- II – O processado deve ser comunicado da instauração do processo para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias úteis oferecer defesa;
- III – Caso haja requerimento para produção de provas, a comissão processante deverá apreciar a sua pertinência em despacho motivado;
- IV – Transcorrido o prazo previsto no inciso anterior, a comissão processante, dentro de 15 (quinze) dias úteis, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente, após o pronunciamento da Gerência de Licitações e Contratos, devidamente homologado pela Superintendência Jurídica;
- V – Todas as decisões do processo devem ser motivadas;
- VI – Da decisão final cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contado da comunicação do ato.

Parágrafo único. A decisão final que imputar sanção ao processado deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e no site da DESO e, imediatamente, comunicada ao Cadastro da DESO para fins de registro.

Art. 201. Na aplicação das sanções deverão ser consideradas as seguintes condições:

- I – Razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;
- II – Danos resultantes da infração;
- III – Situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;
- IV – Reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza; e
- V – Outras circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes em face do caso concreto.

Capítulo V – Dos Convênios e Contratos de Patrocínio

Art. 202. Os convênios e os contratos de patrocínio poderão ser celebrados com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, desde que comprovadamente vinculadas ao fortalecimento da marca da Companhia, observando-se, no que couber, as normas de licitação e contratos deste RILC e demais disposições sobre a matéria.

Art. 203. Para os efeitos de relações de que trata o caput do art. 202, considera-se:

I – Convênio/patrocínio – acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros ou qualquer outro meio de colaboração, tal como, cessão de pessoal, matéria prima, insumos, transferência de tecnologia e tenha como partícipe, de um lado, a DESO e, de outro lado, pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para a promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou eventos de interesses recíprocos, em regime de mútua cooperação;

II – Concedente/patrocinador – DESO, responsável pela transferência de recursos financeiros ou qualquer outro meio de colaboração, tal como, cessão de pessoal, matéria prima, insumos e transferência de tecnologia destinados à execução do objeto do convênio ou patrocínio;

III – Conveniente/patrocinado – pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, de qualquer esfera de governo, com as quais a DESO pactue a execução de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou eventos de interesses recíprocos, em regime de mútua cooperação, mediante a celebração de convênio ou contrato de patrocínio;

IV – Termo aditivo – instrumento que tenha por objetivo a alteração das condições do convênio ou do contrato de patrocínio celebrado;

V – Objeto – o produto do convênio ou do contrato de patrocínio, observado o programa de trabalho e as suas finalidades; e

VI – Prestação de contas – procedimento de acompanhamento sistemático que conterà elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução integral do objeto do convênio ou do patrocínio e o alcance dos resultados previstos.

Art. 204. É vedada a celebração de convênios ou contratos de patrocínio:

I – Com entidades públicas ou privadas em que Conselheiros, Diretores, empregados da DESO, seus respectivos cônjuges ou companheiros, assim como pessoal cedido ou requisitado, ocupem cargos de direção, sejam proprietários, sócios, bem como que

possuam grau de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o Terceiro grau.

II – Com entidades privadas que não comprovem experiência anterior em atividades referentes à matéria objeto do convênio;

III – Com pessoas que tenham, em suas relações anteriores com a DESO, incorrido em, pelo menos, uma das seguintes condutas:

- a) Omissão no dever de prestar contas;
- b) Descumprimento injustificado do objeto de convênios ou de contratos de patrocínios;
- c) Desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;
- d) Ocorrência de dano à DESO; ou

e) Prática de outros atos ilícitos na execução de convênios ou de contratos de patrocínio.

§ 1º. As práticas passíveis de rescisão, tratadas nesse inciso, podem ser definidas, dentre outras, como:

I – Corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da Companhia no processo licitatório ou na execução do contrato;

II – Fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;

III – Colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes da Companhia, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;

IV – Coercitiva: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

V – Obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

§ 2º. As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

Art. 205. A celebração de convênio ou contrato de patrocínio com a DESO depende de cadastramento e de prévia aprovação do respectivo plano de trabalho proposto pela pessoa interessada.

§ 1º. O cadastramento de que trata o caput poderá ser realizado a qualquer tempo e permitirá a celebração de convênios e contratos de patrocínio enquanto estiver válido.

§ 2º. No Cadastramento serão exigidos, pelo menos:

- I – Cópia do estatuto social atualizado da entidade ou documentos pessoais, conforme o caso;
- II – Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- III – Declaração do dirigente da entidade:
 - a) Acerca da inexistência de dívida com o Poder Público, bem como de inscrição nos bancos de dados públicos e privados de proteção ao crédito; e
 - b) Informando se os dirigentes relacionados no inciso II se encontram incursos em alguma situação de vedação constante do art. 11 deste RILC.
- IV – Prova de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, conforme o caso;
- V – Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual, Distrital e Municipal e com a Seguridade Social (CND) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei;
- VI – No caso de convênio:
 - a) Atestado comprovando a experiência da pessoa em atividades referentes à matéria objeto do convênio que pretenda celebrar com a DESO; e

§ 3º. Verificada falsidade ou incorreção de qualquer informação ou documento apresentado, deve o convênio ou o contrato de patrocínio ser imediatamente denunciado pela DESO.

Art. 206. O plano de trabalho deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I – Identificação do objeto a ser executado;
- II – Metas a serem atingidas;
- III – Etapas ou fases de execução;
- IV – Plano de aplicação dos recursos financeiros;
- V – Cronograma de desembolso;
- VI – Previsão de início e fim da execução do objeto, bem como da conclusão das etapas ou fases programadas;
- VII – Se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a DESO.

Art. 207. As parcelas do convênio ou patrocínio, conforme o caso, serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos a seguir, em que ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

I – Quando não houver comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela DESO;

II – Quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas ou outras práticas atentatórias às normas de regência praticadas na execução do convênio, ou o inadimplemento do conveniente ou patrocinado com relação a cláusulas conveniais ou contratuais;

III – Quando o conveniente ou patrocinado deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela DESO ou por integrantes do seu sistema de controle interno.

Art. 208. A celebração de convênio ou contrato de patrocínio com pessoas privadas poderá ser precedida de chamamento público a ser realizado pela DESO visando à seleção de projetos ou entidades que tornem mais eficaz o objeto do ajuste.

§ 1º. Deverá ser dada publicidade ao chamamento público, inclusive ao seu resultado, especialmente por intermédio da divulgação em sítio eletrônico da DESO ou em jornal de grande circulação local.

§ 2º. O chamamento público deverá estabelecer critérios objetivos visando a aferição da qualificação técnica e capacidade operacional do conveniente ou patrocinado para a gestão e execução do ajuste.

Art. 209. Constituem cláusulas necessárias em qualquer convênio e, no que couber, em contratos de patrocínio:

I – O objeto;

II – A forma de execução e a indicação de como será acompanhado pela DESO;

III – Os recursos financeiros das partes, se for o caso;

IV – A vigência e sua respectiva data de início;

V – Os casos de rescisão e seus efeitos;

VI – As responsabilidades das partes;

VII – A designação de gestores das partes para a execução do objeto;

VIII – As hipóteses de alteração do ajuste;

IX – A obrigatoriedade e prazos para prestação de contas;

X – A destinação a ser dada aos bens adquiridos para execução dos seus objetivos;

XI – O foro competente para dirimir conflitos da relação convencional ou patrocinada.

§ 1º. Em virtude das especificidades de situações a serem atendidas, outras cláusulas poderão ser inseridas no ajuste.

§ 2º. Os convênios e os contratos de patrocínio de que trata este RILC, poderão conter cláusula para solução amigável de controvérsias, inclusive mediação e arbitragem.

Art. 210. Os convênios e os contratos de patrocínio deverão ser assinados pela autoridade competente da DESO.

§ 1º. Caberá ao Gestor do Convênio efetuar a análise e aprovação da prestação de contas, para fins de pagamento, repasse, medição ou quitação final.

§ 2º. A competência para decidir sobre eventual rescisão antecipada, suspensão do repasse de recursos financeiros ou suspensão de cumprimento de qualquer outra obrigação da DESO será do ordenador de despesas.

Art. 211. No caso de convênio, a contrapartida do conveniente, quando exigida, poderá ser atendida por meio de recursos financeiros, de bens, serviços ou transferência de tecnologia, desde que economicamente mensuráveis.

§ 1º. Quando financeira, a contrapartida do conveniente deverá ser depositada na conta bancária específica do convênio em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso.

§ 2º. Quando atendida por meio de bens, serviços ou transferência de tecnologia, constará do convênio cláusula que indique a forma de sua mensuração.

Art. 212. No ato de celebração do convênio com repasse de recurso financeiro e de contrato de patrocínio, a DESO deverá garantir a existência de recursos aptos a fazer frente ao mesmo, durante sua vigência.

Art. 213. Os recursos de convênio, enquanto não utilizados pelo conveniente, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira pública ou fundo de aplicação financeira de curto prazo se a previsão de seu uso for igual ou superior a 01 (um) mês.

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma do caput serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade.

Art. 214. A prestação de contas de convênios e patrocínios observará regras específicas de acordo com o montante de recursos e contrapartidas envolvidas, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos no respectivo instrumento.

§ 1º. A prestação de contas inicia-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros que deverá ser registrada pelo setor contábil/financeiro da DESO.

§ 2º. Constatada irregularidade ou inadimplência na apresentação da prestação de contas e comprovação de resultados, a DESO poderá, a seu critério, conceder prazo de até 30 (trinta) dias para o saneamento da irregularidade ou cumprimento de obrigação.

§ 3º. A análise da prestação de contas pela DESO poderá resultar em:

I – Aprovação;

II – Aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal de que não resulte dano à DESO; ou

III – Desaprovação com a determinação da imediata instauração das medidas cabíveis.

Art. 215. O convênio ou o contrato de patrocínio poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando as partes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente do ajuste.

Parágrafo único. Quando da extinção do convênio ou patrocínio, os saldos financeiros remanescentes não utilizados, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à DESO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de medidas cabíveis.

Art. 216. As parcerias entre a DESO e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação serão regidas pelas disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Capítulo VI – Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 217. Na contagem dos prazos estabelecidos neste RILC, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

§ 1º. Se o dia do vencimento cair em feriado, considerar-se-á prorrogado o prazo até o seguinte dia útil.

§ 2º. Os prazos de meses e anos expiram no dia de igual número do de início, ou no imediato, se faltar exata correspondência.

Art. 218. Omissões e lacunas deste RILC serão objeto de análise pela Superintendência Jurídica da DESO, com apoio da Gerência de Licitações e Contratos, mediante provocação das demais Diretorias da Companhia, e deverão ser submetidas à aprovação pelo Ordenador de Despesa.

Art. 219. A DESO observará o limite instituído pela Lei nº 13.303/2016 para despesas com publicidade e patrocínio que não poderão ultrapassar, em cada exercício, 0,5% (cinco décimos por cento) da receita operacional bruta do exercício anterior.

§ 1º. O limite disposto no caput poderá ser ampliado, até o limite de 2% (dois por cento) da receita bruta do exercício anterior, por proposta da Diretoria competente justificada com base em parâmetros de mercado do setor específico de atuação da empresa aprovada pelo Conselho de Administração.

§ 2º. Fica vedada a realização de despesas com publicidade e patrocínio, em ano de eleição para cargos do Governo do Estado de Sergipe, que excedam a média dos gastos nos 03 (três) últimos anos que antecedem o pleito ou no último ano imediatamente anterior à eleição, devendo ser igualmente observada a legislação eleitoral superveniente aplicável à matéria.

Art. 220. Aplica-se este RILC, no que couber, aos acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados pela DESO.

Art. 221. Permanecem regidos pela legislação e regulamentação anterior os processos licitatórios, os contratos, acordos ajustes, projetos de financiamento e outros instrumentos congêneres iniciados ou celebrados em data anterior à vigência deste RILC.

Art. 222. Para a contratação de obras, serviços ou fornecimento com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, poderão ser admitidas, na respectiva licitação, as condições decorrentes de acordos, protocolos, convenções ou tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, bem como as normas e procedimentos daquelas entidades, inclusive quanto ao critério de seleção da proposta mais vantajosa, o qual poderá contemplar, além do preço, outros fatores de avaliação, desde que por elas exigidos para a obtenção do financiamento ou da doação.

Parágrafo único. Sempre que exigido por norma específica, instrumento de repasse de recursos públicos ou convênios celebrados com a União, a DESO poderá realizar a publicação de seus procedimentos licitatórios e contratações no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sem prejuízo da observância do regime jurídico próprio previsto na Lei nº 13.303/2016.

Art. 223. Aplicam-se às licitações e contratos regidos por este RILC as normas de direito penal contidas nos artigos 337-E a 337-P do Código Penal, incluídos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 224. Este RILC deverá ser publicado no sítio da internet mantido pela DESO e no Diário Oficial do Estado de Sergipe e entrará em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

Art. 225. Revogam-se as disposições em contrário.

LUCIANO
GOIS
PAUL:01061
819477

Assinado de
forma digital por
LUCIANO GOIS
PAUL:010618194
77

Luciano Gois Paul

Diretor-Presidente

WLADIMIR ALVES
TORRES:53232313515

Assinado de forma digital por
WLADIMIR ALVES
TORRES:53232313515
Dados: 2026.09.11 09:32:51 -03'00'

Wladimir Alves Torres

Diretor Administrativo

MARCOS ROBERTO
CARVALHO
LIMA:55797881500

Assinado de forma
digital por MARCOS
ROBERTO CARVALHO
LIMA:55797881500
Dados: 2026.09.11
11:52:33 -03'00'

Marcos Roberto Carvalho Lima

Diretor Técnico

GILVAN DOS
SANTOS:6628931
9515

Assinado de forma digital por
GILVAN DOS
SANTOS:66289319515
Dados: 2026.09.11 11:40:43
-03'00'

Gilvan Dos Santos

Diretor de Produção e Qualidade

JOAO QUINTILIANO
DA FONSECA
NETO:23491370582

Assinado de forma digital por
JOAO QUINTILIANO DA FONSECA
NETO:23491370582
Dados: 2026.09.11 11:10:07
-03'00'

João Quintiliano da Fonseca Neto

Diretor de Mercado Expansão e Sustentabilidade



TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, THIAGO FIGUEIREDO DE ALMEIDA LIMA, com inscrição ativa no CRC/SE, sob o nº SE-007175/O-5, inscrito no CPF nº 04356745523, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
04356745523	SE-007175/O-5	THIAGO FIGUEIREDO DE ALMEIDA LIMA



CERTIFICO O REGISTRO EM 14/09/2026 12:57 SOB Nº 20260456373.
PROTOCOLO: 260456373 DE 14/09/2026.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12616019725. CNPJ DA SEDE: 13018171000190.
NIRE: 28300000531. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 14/09/2026.
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO

CRISTINA MARIA ANDRADE DE MELO
SECRETÁRIO-GERAL
www.agiliza.se.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.